

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

CAMILA LORRANE RODRIGUES DOS SANTOS

**A IMAGEM TRANSGRESSORA DA MATERNIDADE NO FILME  
“TUDO SOBRE MINHA MÃE” DE PEDRO ALMODÓVAR**

GOIÂNIA  
2018

CAMILA LORRANE RODRIGUES DOS SANTOS

**A IMAGEM TRANSGRESSORA DA MATERNIDADE NO FILME  
“TUDO SOBRE MINHA MÃE” DE PEDRO ALMODÓVAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Política Social, Movimentos Sociais e Cidadania.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria José Pereira Rocha.

GOIÂNIA  
2018

S237i Santos, Camila Lorrane Rodrigues dos  
A Imagem Transgressora da Maternidade no Filme "Tudo Sobre  
Minha Mãe" de Pedro Almodóvar [manuscrito] :Camila Lorrane  
Rodrigues dos Santos.-- 2018.  
82 f.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês  
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica  
de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço  
Social, Goiânia, 2018  
Inclui referências, f. 89-93

1. Maternidade - Mulheres. 2. Identidade de gênero - Construção.  
3. Maternidade - desconstrução. I.Rocha, Maria José Pereira.  
II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 305(043)

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social defendida em: 10 de Agosto de 2018.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Maria José Pereira Rocha (PUC/GO - Orientadora)

---

Professora Dr<sup>a</sup> Maria Conceição Sarmento Pardial Machado (PUC/GO - Membro)

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Maria Betânia Gondim da Costa (IFG - Membro)

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Vannuzia Leal Andrade Peres (PUC/GO – Suplente)

Para minha mãe, Carmem Silvia Rodrigues dos Santos, pelo amor incondicional, cuidados, dedicação e meu exemplo de fé. E, para todas as mulheres que lutam por uma sociedade justa e fraterna. Que para além de nossa independência financeira, conquistemos nossa autonomia.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por me acompanhar nessa jornada.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG e a Secretária Cidadã, pela liberação parcial para realização do mestrado.

Pela participação como membro do Grupo de Pesquisa “Contando História com Almodóvar”, coordenador pela Prof<sup>a</sup> Maria José.

A minha mãe que sempre me incentivou aos estudos e me ajudou emocionalmente.

Aos(as) professores(as) da Pós-Graduação, pela dedicação e contribuição na formação acadêmica.

Às professoras Carla Agda Gonçalves e Lúcia Maria Moraes, por suas contribuições na banca de qualificação.

Às professoras Maria Conceição Sarmiento Padiá Machado (PUC-GO) e Maria Betânia Gondim da Costa (IFG), por aceitarem o convite para participar da minha banca de defesa, meus sinceros agradecimentos.

Aos(as) amigos(as) do mestrado, com grande carinho a Elvira, amiga de toda hora.

Aos amigos em geral, que me incentivaram ao longo do curso e contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho.

Para concluir, com muita admiração, respeito e carinho, agradeço imensamente a Prof<sup>a</sup>. Zezé, mulher, feminista, autônoma, dona de si e grande estudiosa. Agradeço pela dedicação ao longo do mestrado, pelo incentivo, pelas contribuições e reflexões.

*“Não se nasce mulher, torna-se mulher”*

*Simone de Beauvoir*

## RESUMO

As mudanças ocorridas, e as que ainda acontecem, quanto à maneira com que a raça humana, generalizando, vê a construção e a desconstrução dos gêneros, estão diretamente ligadas ao Movimento Feminista. Isto porque, historicamente, a luta por igualdade de direitos, respeito, oportunidades etc. travada pelo feminismo, e que se arrasta por séculos, foi impulsionadora da desconstrução de papéis baseados no androcentrismo e pré-estabelecidos para que o masculino subjugasse o feminino. E dentre os muitos papéis impostos às mulheres está em destaque o de mãe-ideal, que pressupõe que toda mulher pode, quer e deve ser mãe, e este papel vem sendo desconstruído por reflexões feministas. Portanto, as mudanças ocorridas, e que ainda acontecem, quanto à maneira com que a raça humana, generalizando, vê a construção e a desconstrução dos gêneros e da maternidade, destaque tido como objeto deste estudo, estão diretamente ligadas ao movimento feminista. Para explanar sobre a construção e a desconstrução da maternidade, perpassando pelos movimentos feministas e por questões de gênero, foi escolhida a obra cinematográfica *Tudo sobre minha mãe*, do diretor Pedro Almodóvar. A metodologia utilizada nesta dissertação foi pesquisa bibliográfica, que se utilizou de publicações digitais e impressas. O desenvolvimento deste trabalho em quatro capítulos, introdução e considerações gerais. Os capítulos I, II, III e IV estão titulados como: Mulheres e o movimento feminista; Família e políticas públicas; Mulheres e maternidade; o filme *Tudo sobre minha mãe*, de Pedro Almodóvar. Espera-se que este trabalho possa somar conhecimentos sobre a desconstrução e reconstrução da maternidade, tema recorrente no Movimento Feminista e em vasta gama de pesquisas, estudos, escritos filosóficos, sociológicos etc., mas que ainda precisa ser discutido, para que seja sempre lembrado e que possibilite maior liberdade de escolhas ao feminino.

**Palavras-chave:** Mulher. Maternidade. Construção. Desconstrução. Gênero.



## ABSTRACT

The changes that have taken place, and those that still occur, regarding the manner in which the generalizing human race sees the construction and deconstruction of the genres, are directly linked to the Feminist Movement. This is because, historically, the struggle for equality of rights, respect, opportunities, etc. waged by feminism, and that has dragged on for centuries, was the impeller of the deconstruction of roles based on androcentrism and pre-established for the masculine to subjugate the feminine. And among the many roles imposed on women is that of mother-ideal, which presupposes that every woman can and should be a mother, and this role has been deconstructed by feminist reflections. Therefore, the changes that have taken place in the way the generalizing human race sees the construction and deconstruction of gender and motherhood, which is the object of this study, are directly linked to the feminist movement. In order to explain the construction and deconstruction of motherhood, through feminist movements and gender issues, the cinematographic work *All about my mother* was chosen by director Pedro Almodóvar. The methodology used in this dissertation was bibliographic research, which was used of digital and printed publications. The development of this work in four chapters, introduction and general considerations. Chapters I, II, III and IV are titled as: Women and the Feminist Movement; Family and public policies; Women and maternity; the film *All about my mother*, by Pedro Almodóvar. It is hoped that this work may add knowledge about the deconstruction and reconstruction of motherhood, a recurring theme in the Feminist Movement and in a wide range of research, studies, philosophical, sociological writings, etc., but still needs to be discussed, so that it is always remembered and that allows greater freedom of choices to the feminine.

**Keywords:** Woman. Maternity. Construction. Deconstruction. Gender.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I MULHERES E O MOVIMENTO FEMINISTA.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 As “Ondas” do Movimento Feminista .....</b>	<b>20</b>
1.2.1 Primeira Onda do feminismo.....	20
1.2.2 Segunda Onda do feminismo.....	23
1.2.3 Terceira Onda do feminismo .....	25
1.2.4 Quarta Onda do feminismo.....	26
<b>1.3 Conquista e Reconhecimento dos Direitos da Mulher Brasileira .....</b>	<b>29</b>
<b>1.4 Construção das Relações de Gênero .....</b>	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO II FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>39</b>
<b>2.1 A Construção das Relações de Gênero .....</b>	<b>45</b>
<b>2.2 Relações de Gênero e Novas Configurações de Família.....</b>	<b>46</b>
<b>CAPÍTULO III MULHERES E MATERNIDADE .....</b>	<b>50</b>
<b>3.1 A Naturalização X a Negação da Maternidade.....</b>	<b>51</b>
<b>3.2 A imagem da Maternidade .....</b>	<b>57</b>
<b>CAPÍTULO IV O FILME TUDO SOBRE MINHA MÃE, DE PEDRO ALMODÓVAR .....</b>	<b>62</b>
<b>4.1 A (Des) Construção do Feminino e Masculino.....</b>	<b>63</b>
<b>4.2 A Imagem Transgressora da Maternidade: A Construção e a Desconstrução nas Experiências das Personagens de <i>Tudo Sobre Minha Mãe</i> .....</b>	<b>70</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>78</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação, com o Título: “A Imagem Transgressora da Maternidade no Filme ‘Tudo Sobre Minha Mãe’, de Pedro Almodóvar”, quesito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, surgiu do interesse de pesquisar e analisar as mudanças que ocorreram na idealização de como deve ser e se comportar uma mulher quando se torna mãe.

Para tanto, é preciso que se observe o Movimento Feminista não se atendo, aqui, às diferentes disputas e tendências que exprimem a diversidade de compreensões do que vem a ser o feminismo.

Isto porque, historicamente, a luta por igualdade de direitos, respeito, autonomia, oportunidades etc. travada pelo Movimento Feminista, e que se arrasta por séculos, foi impulsionadora da desconstrução e pela transgressão, de papéis baseados no androcentrismo e pré-estabelecidos para que o masculino subjugasse o feminino.

Deste modo, a imagem transgressora da maternidade vai ao encontro das quebras e conquistas impulsionadas por movimentos feministas, desde os mais remotos e menos numerosos que já se deram até a atualidade da Quarta Onda.

A transgressão aqui proposta vislumbra as, ainda sutis, mudanças quanto ao arquétipo materno reinante no imaginário da humanidade, generalizando. Contravenções do padrão preestabelecido de mãe estão presentes em *Tudo sobre minha mãe* e são retratadas magistralmente pelo roteiro e direção de Pedro Almodóvar que, dentre os muitos papéis impostos às mulheres, desconstrói o que mais se destaca e é imposto ao feminino; o papel de mãe-ideal, que pressupõe que toda mulher pode, quer e deve ser mãe, além de abdicar de seus desejos em função do bem-estar do homem (esposo) e filhos.

Esta cultura, que envolve a mulher e a maternidade, fez-se internalizar no inconsciente coletivo<sup>1</sup> das civilizações por meio do discurso persuasivo de instituições político-religiosas

---

<sup>1</sup> Carl Gustav Jung, psiquiatra e psicoterapeuta suíço que fundou a psicologia analítica, é mais reconhecido por sua teoria do inconsciente coletivo. Segundo Jung, o inconsciente coletivo não deve sua existência a experiências pessoais; ele não é adquirido individualmente. Jung faz a distinção: o inconsciente pessoal é representado pelos sentimentos e ideias reprimidas, desenvolvidas durante a vida de um indivíduo. O inconsciente coletivo não se desenvolve individualmente, ele é herdado. É um conjunto de sentimentos, pensamentos e lembranças compartilhadas por toda a humanidade.

O inconsciente coletivo é um reservatório de imagens latentes, chamadas de arquétipos ou imagens primordiais, que cada pessoa herda de seus ancestrais. A pessoa não se lembra das imagens de forma consciente, porém, herda

que se utilizaram e ainda se utilizam de conotações complexas que vão das imagens aterrorizantes até as divinais, tudo em prol do objetivo de dominação emocional para o controle da economia. E essas ações dominantes, esses discursos persuasivos da sociedade androcentrista tiveram e ainda têm impacto incalculável na vida de homens e mulheres, por isso têm recebido especial atenção de feministas.

O momento impulsionador para que essa visão naturalista da maternidade e do imaculado amor materno, imposto culturalmente, começasse a ser desfeita, desconstruída e ao mesmo tempo em que a reconstrução de um papel de mãe, com a participação ativa na economia, nas decisões do lar e do Estado, deu-se após a Revolução Industrial, que retirou a mulher de casa para as fábricas.

Durante décadas e especialmente após a Revolução Industrial, até a atualidade, muitas conquistas foram obtidas por meio de lutas incansáveis e ininterruptas, mas ainda há muito a ser conquistado pelas mulheres, para que haja de fato a queda do *status quo* da supremacia masculina sobre a mulher.

Ao longo da luta para dirimir a subordinação feminina, objetivando direitos e deveres equivalentes entre os gêneros, aconteceram alterações, também, quanto ao papel materno. Mas, o ideário da mãe como ser abnegado e totalmente voltado às crias ainda está arraigado no subconsciente<sup>2</sup> coletivo. Este ideário, proclamado pelas classes dominantes e governantes, atende ao interesse de limitar as ações femininas. Pois, a mulher que se torna mãe conforme os moldes impetrados é uma pessoa que socialmente age menos, que não incomoda, e mesmo atualmente, com as mudanças ocorridas, uma mulher que é mãe tem seu tempo reduzido, o que pode diminuir sua militância para reivindicar seus direitos.

Portanto, a “desromantização” da maternidade faz-se pertinente e, até mesmo, urgente. Para que essa desconstrução se efetive deve-se problematizá-la e discuti-la para, por meio disto, erigir uma sociedade que tenha em si maior consciência sobre a necessidade de garantir que a mulher tenha total liberdade para escolher ser ou não ser mãe e, caso escolher o ser, que o seja da maneira possibilitada e adequada ao seu contexto social, afetivo, familiar e econômico.

---

uma predisposição para reagir ao mundo da forma que seus ancestrais faziam. Sendo assim, a teoria estabelece que o ser humano nasce com muitas predisposições para pensar, entender e agir de certas formas.

Os arquétipos presentes no inconsciente coletivo são universais [...]. Estes se manifestam simbolicamente em religiões, mitos, contos de fadas e fantasias. Entre os principais arquétipos estão os conceitos de nascimento, morte, sol, lua, fogo, poder e mãe. (AUGUSTO, Eduardo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fonte: <<https://www.pucsp.br>>).

<sup>2</sup> O psiquiatra francês Pierre Janet foi quem utilizou pela primeira vez o termo "subconsciente". Janet fez uso deste termo para nomear conteúdos da mente humana que estão em um “nível inferior” de consciência. Ou seja, a “mãe ideal” como papel precípua de toda e qualquer mulher está na mente da maioria dos seres humanos, ou de toda a humanidade, mesmo que inconscientemente.

Quando uma obra fílmica trata sobre essa questão não há dúvidas do ganho. Pois, o cinema pode ter a capacidade de induzir o espectador e a espectadora a vivenciarem experiências externas à suas esferas de vida, de conhecimento, proporcionando diálogos intrínsecos e extrínsecos que possibilitam o surgimento de reflexões, problematizando possíveis caminhos para que se dêem mudança na mentalidade coletiva.

Assim, para explicar sobre a construção e a desconstrução da maternidade, perpassando pelos movimentos feministas e por questões de gênero, foi escolhida a obra cinematográfica *Tudo Sobre Minha Mãe*<sup>3</sup>, do diretor Pedro Almodóvar<sup>4</sup>, como norte para esta pesquisa.

Para tanto, para que o objetivo desta pesquisa fosse alcançado, o filme de Almodóvar, *Tudo sobre minha mãe*, foi decomposto<sup>5</sup> objetivando analisar e interpretar algumas das várias facetas da desconstrução e reconstrução da maternidade na obra fílmica em questão.

Portanto, a decomposição almejou a identificação e compreensão dos papéis transgressores da maternidade retratados por Pedro Almodóvar em *Tudo sobre minha mãe*. Para tal, o foco desta etapa de elaboração e pesquisa para este trabalho deu-se por um olhar já direcionado às questões pertinentes a um ideário de maternidade e maternagem preestabelecidos e aceitos socialmente e, em contra partida, objetivando as releituras propostas pelo diretor e roteirista, Almodóvar, com relação à redescrição destes papéis.

Completando a análise fílmica lançou-se mão, para a elaboração deste estudo, de pesquisa bibliográfica, com autoras e autores renomados ou não, com ideias que condizem com a intenção de jogar um pequeno foco de luz sobre um assunto tido ainda como um “tabu divino”, a maternidade.

A escolha de *Tudo Sobre Minha Mãe* se deu à singularidade e sensibilidade desta obra de Almodóvar, que aborda diferentes “modelos” de mulher, mãe e maternagem, não se

<sup>3</sup> Título original: “Todo sobre mi madre”.

<sup>4</sup> Pedro Almodóvar é um dos diretores mais premiados da história do cinema: Oscar de melhor filme estrangeiro com *Tudo sobre minha mãe* (2000), Oscar de melhor roteiro original com *Fala com ela* (2003); Prêmio Goya de melhor direção com *Volver* (2007) e *Tudo sobre minha mãe* (2000), Prêmio Goya de melhor roteiro original e melhor filme com *Mulheres a beira de um ataque de nervos* (1989), Prêmio Goya de melhor filme e melhor direção com *Tudo sobre minha mãe* (2000), Prêmio Goya de melhor filme e melhor direção com *Volver* (2007); Globo de Ouro de melhor filme estrangeiro com *Tudo sobre minha mãe* e *Fala com ela* (1999 e 2002); melhor direção e melhor filme (jure popular) com *Tudo sobre minha mãe* no Festival de Cannes (1999), melhor roteiro com *Volver* no Festival de Cannes (2006), prêmio da juventude com *A pele que habito* no Festival de Cannes (2011); Prêmio de melhor diretor com *Tudo sobre minha mãe* (1999), Prêmio de roteiro com *Volver* (2006); Prêmio BAFTA de Cinema de melhor filme estrangeiro com *Tudo sobre minha mãe* (1999), Prêmio BAFTA de Cinema de melhor filme estrangeiro com *Fala com ela* (2002), Prêmio BAFTA de Cinema de melhor roteiro original com *Fala com ela* (2002), Prêmio BAFTA de Cinema de melhor filme estrangeiro com *A pele que habito* (2011), dentre outros importantes prêmios e várias indicações.

<sup>5</sup> A decomposição de *Tudo sobre minha mãe* atendeu ao interesse do estudo como um todo, mas não consta das páginas desta publicação (N.T.).

limitando a retratar a mãe “típica” idealizada e internalizada pela sociedade ou a mulher subjugada pelo poder masculino socialmente vigente.

Por isso, este filme de Pedro Almodóvar abre espaços que possibilitam análises críticas quando à construção, desconstrução e reconstrução do papel reservado às mães.

Além disto, a escolha de um filme como fonte de pesquisa para desenvolver a proposta deste trabalho vai ao encontro, ainda, da realidade hodierna de uma sociedade que se torna mais imagética, dia após dia, e pelo argumento de que um filme pode devolver à sociedade uma influência singular de universalidade.

Sendo assim, esta dissertação teve como base a pesquisa bibliográfica e, obviamente, o filme *Tudo sobre minha mãe*. O foco aqui é a desconstrução e reconstrução da maternidade, que estão representadas no filme do diretor espanhol Pedro Almodóvar e acompanham a trajetória dos Movimentos Feministas.

Para alcançar o objetivo proposto dividiu-se esta dissertação, além da introdução e considerações finais, em quatro capítulos, sendo:

CAPÍTULO I – MULHERES E O MOVIMENTO FEMINISTA; neste capítulo estão relatadas as fases do Movimento Feminista, desde a Primeira Onda até a Quarta, que está ocorrendo na contemporaneidade, destacando-se os fatos mais relevantes e o papel da mulher-mãe.

CAPÍTULO II – FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS; aqui são apresentadas conquistas do feminino normatizadas pelo Estado. Esse capítulo está subdividido em: 2.1 A Construção das Relações de Gênero; subtítulo reservado às relações de gênero e sua ligação ao Movimento Feminista, influenciador de mudanças na condição da mulher nas sociedades ocidentais desde o século XIX, e da conceituação do termo gênero. 2.2 Relações de Gênero e Novas Configurações de Família; subtítulo em que estão focadas, além de questões de gênero, novas formações de núcleo familiar.

CAPÍTULO III – MULHERES E MATERNIDADE; sugere-se que a imposição da maternidade, e conseqüente formação da família, tornou-se valor intrínseco e divino imposto às mulheres; esta instituição social foi difundida e aceita culturalmente a partir do século XVIII. Contudo, apesar da persistência no pressuposto de que toda mulher deve e quer ser mãe ainda prevalecer, houve alterações significativas sobre esta questão com o decorrer do tempo e, sobretudo, hodiernamente. Este capítulo está subdividido, ainda, em dois tópicos: 3.1 A Naturalização X a Negação da Maternidade e 3.2. A imagem da Maternidade.

CAPÍTULO IV – O FILME *TUDO SOBRE MINHA MÃE*, DE PEDRO ALMODÓVAR: *Tudo sobre minha mãe*, do diretor Pedro Almodóvar, filme de 1999, retrata

com sensibilidade partes do universo feminino, bem como peculiaridades dessas partes, com enfoque na pluralidade que a maternagem pode conter, assim como os diversos gêneros que podem, nela, estarem contidos. *Todo sobre mi madre* é a história de atrizes que vivem um longo e duplo papel no palco e na vida real. Simulam e dissimulam para viver e sobreviver. Obviamente Almodóvar não moraliza a questão e seu filme possibilita amplo espaço para questionar as normas sociais que permanecem comuns no quesito mulher-mãe. 4.1 A (Des)Construção do Feminino e Masculino; a proposta de tal inversão deve possibilitar a percepção de que nenhum sujeito é inferior ou decorrente, é fazer saber que compreender “o outro” é caminho para a compreensão de si, pois a desconstrução suscita reflexões que podem subverter os discursos construídos e instaurados por muitos anos na sociedade. 4.2 A Imagem Transgressora da Maternidade: A Construção e a Desconstrução nas Experiências das Personagens de *Tudo Sobre Minha Mãe*; na obra filmica em questão é facilmente observável a construção e desconstrução da maternidade e cada uma das personagens do filme de Pedro Almodóvar é circular, ou seja, não carregam em si apenas uma vertente ou olhar do feminino e da maternidade, porque são adaptáveis ao novo.

Espera-se que este trabalho possa somar conhecimentos sobre a desconstrução e reconstrução da maternidade, tema recorrente no Movimento Feminista e em vasta gama de pesquisas, estudos, escritos filosóficos, sociológicos etc., mas que ainda precisa ser discutido, para que seja sempre lembrado e que possibilite maior liberdade de escolhas ao feminino.

## **CAPÍTULO I**

### **MULHERES E O MOVIMENTO FEMINISTA**

As mudanças ocorridas, e as que ainda acontecem, quanto à maneira com que a raça humana, generalizando, vê a construção e a desconstrução dos gêneros, estão diretamente ligadas ao Movimento Feminista.

Isto porque, historicamente, a luta por igualdade de direitos, respeito, oportunidades etc. travada pelo feminismo, e que se arrasta por décadas, foi impulsionadora da desconstrução de papéis baseados no androcentrismo e pré-estabelecidos para que o masculino subjugasse o feminino.

A afirmativa da institucionalização do androcentrismo, apesar de soar um tanto óbvia, carece de uma pequena explanação explicativa. A culturalização do sexo feminino subordinado ao masculino é corrente no senso comum da humanidade desde antigos registros da história humana. A internalização social, expansão e arraigamento do poder centralizador do sexo masculino, referente à liderança, decisão, sujeito central etc., vem sendo realizada ininterruptamente por instituições e agentes, dirigentes de grupos e ou nações. E a plenitude, quase que inviolada, do androcentrismo teve os primeiros arranhões oriundos de feministas, que não se conformavam com o lugar destinado ao feminino, já antes do surgimento do termo /feminismo/.

Portanto, parece correto afirmar que, não diminuindo a importância e a contribuição das demais lutas em busca de direitos igualitários, desde as ininterruptas e constantes batalhas protagonizadas por questões de cor de pele, religião, etnia dentre outras, até a hodierna busca da aceitação e consequente garantia de respeito e direitos análogos à pluralidade de gênero que se faz ver e ouvir, focando aqui a sociedade ocidental, ganharam mais força e maior visibilidade desde que o Movimento Feminista foi efetivamente organizado pela união de mulheres que compartilhavam os mesmos ideais e propósitos. Essa sororidade fez-se ouvir, ver, discutir e alavancou a busca e a desconstrução dos papéis de gêneros e, consequentemente, de maternidade impostos pelo falocentrismo.

Por isso, faz-se necessário a explanação da história do Movimento Feminista para que se possa buscar um conhecimento profícuo sobre a construção e a desconstrução de gêneros e, mais especificamente, de maternidade.

Pois, embora seja correto afirmar que ao longo da história da humanidade as mudanças foram e ainda são constantes em todas as nuances que a envolvem política, cultura, economia,



hábitos sociais, etc. e que caracterizam, em cada período, a massificação de costumes e éticas que influenciam a convivência social, incluindo os nichos familiares, a maternidade sofreu pouca ou nenhuma alteração de prática e de conceito.

### **1.1 Breves Aproximações Teóricas**

O machismo, inserido e protagonista das sociedades capitalistas, impõe à mulher dupla jornada de trabalho, precária inserção no mercado de trabalho, com salários desiguais, a naturalização da função de reprodutora, a responsabilidade pelo trabalho doméstico (ALBUQUERQUE; CUNHA, 2013) e, como se tudo isso já não fosse fardo suficiente, a violência contra a mulher, também nomeada por violência de gênero, é fator epidêmico, pois acontece mundialmente, sem exceção em toda sociedade. É um fato ligado ao poder, em que de um lado impera o domínio dos homens sobre as mulheres e, de outro, uma ideologia dominante, que lhe dá sustentação, e nesta violência de gênero, inclui-se a violência física, psicológica, sexual, simbólica e patrimonial.

Além da função primeira de servir ao homem, sobre a mulher recai a responsabilidade de dar continuidade à espécie humana. Este nobre papel tornou-se e se torna, ainda muitas vezes na atualidade, um fardo, seja pela imposição que toda mulher recebe para vir a ser mãe, seja pelo acúmulo de obrigações que o ser mãe acarreta somado às outras do dia a dia.

Esta realidade atinge mulheres em todas as idades, graus de instrução, classes sociais, etnias e orientações sexuais. Mas, a construção, ou desconstrução, do papel da mulher na sociedade acompanha, desde sempre e como não poderia deixar de ser, as diversidades sociais de cada período da história humana. Assim sendo:

Podemos perceber que no período do desenvolvimento da humanidade o homem transformou a natureza de acordo com as suas necessidades, para, então proceder à caça e a pesca para a sua alimentação até o período de produção das suas próprias vestimentas. Portanto, nas sociedades primitivas podemos afirmar que os papéis definidos por homens e mulheres no que diz respeito a fundamentos econômicos da sociedade, ou seja, o que é determinante em sua história obedece à lei da produção e reprodução da vida cotidiana (ALBUQUERQUE; CUNHA, 2013, p. 2).

Ainda de acordo com Albuquerque e Cunha, o desenvolvimento da propriedade foi o grande impulsionador da visão diferenciada sobre a mulher e o homem:

A mulher, na comunidade primitiva, desempenhava um papel de igualdade com os homens [...]. Os bens materiais eram coletivos, como não existia a propriedade privada também não existia as classes sociais. [...] o que determinou a opressão e exploração da mulher nessa comunidade foi à passagem do matriarcado para o patriarcado. Com base no direito materno, isso é, enquanto a linha feminina herdava o direito à herança do seu parente falecido, de acordo com a primitiva lei, seus bens deveriam ficar dentro da linha materna. Com o passar do tempo, os filhos de um homem falecido não teriam direito a herança, pois se um proprietário de rebanho, por exemplo, falecesse, esse passava a herança em primeiro lugar aos seus irmãos e irmãs [...]. Dessa forma, na medida em que as riquezas iam aumentando, davam uma posição mais importante ao homem que a da mulher na família [...]. [...] dessa maneira, aconteceu o desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução (ALBUQUERQUE; CUNHA, 2013, p. 2).

Evidencia-se que a garantia de herança, vinculada à posse de bens, impulsionou o interesse pela paternidade e fez com que “[...] a sexualidade da mulher fosse sendo cada vez mais submetida aos interesses do homem, tanto no repasse dos bens materiais, através da herança, como na reprodução da sua linhagem” (BESSA, 2007, p. 1).

Assim, a mulher passou a ser deuteragonista nas decisões de seu núcleo familiar e, até mesmo, sobre si mesma. Enquanto o homem assumiu o papel de protagonista onipotente, à mulher coube a restrição ao mundo doméstico e submissão ao homem. Submissão, essa, que foi patrocinada por seu papel de reprodutora, de mãe.

Apesar da irrefutável importância do papel de reprodutora e, conseqüentemente, perpetuadora da espécie humana, esta capacidade começou a ser vista como sinal de fragilidade, o que gerou uma crescente exploração do trabalho feminino e a subordinação da comunidade familiar ao poder paterno.

Mas, com o passar dos tempos a mulher foi em parte ocupando maior espaço nas sociedades e se libertando das relações opressivas. Por meio de lutas, nada fáceis ou rápidas, a mulher se estabeleceu como indivíduo de fato e de direito.

Como um exemplo da conquista por direitos iguais que as lutas feministas conquistaram, dentre tantos outros exemplos (I Conferência Mundial da Mulher, Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, 1979 etc.), pode-se citar o Artigo 1º da Carta das Nações Unidas, de 1945:

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião [...] (UNIC, 2001, p. 5 e 6).

É possível notar que mesmo não estando descritos e escritos diretamente, há a inclusão dos direitos igualitários da mulher dentre os propósitos da ONU. Pois, no artigo está contido o princípio de que todos são merecedores de igual respeito, oportunidades, consideração etc. Ou seja, todos têm o direito inalienável do desenvolvimento das potencialidades humanas de maneira plena, autônoma e com liberdade (PIOVESAN, 2009).

Contudo, ainda há muito a ser culturalmente efetivado, pois a mulher ainda sofre com a desigualdade nas regras comportamentais e conseqüente desrespeito com que, muitas das vezes, ainda é tratada. É óbvio que isto ocorre em graus diferentes conforme a cultura do grupo em que a mulher está inserida, mas acontece em toda e qualquer sociedade humana.

À difícil e complicada luta pela inserção cultural do feminino como gênero de igual direito ao masculino deu-se o nome de Feminismo. Assim, pode-se dizer que o feminismo é a doutrina social favorável à mulher; é um movimento que objetiva que homens e mulheres gozem de equidade. Portanto, o Movimento Feminista discute as relações entre os gêneros e o papel e poder político, social e econômico desiguais entre os sexos.

Assim, o feminismo, quando conceituado, pode receber uma sinopse de que é um movimento contra o falocentrismo e as conseqüentes imposições desse ao que dele se diferencia, pois “feminismo é um movimento político, filosófico e social que defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens”<sup>6</sup>, este movimento alterou pontos de vista dominantes sobre o papel da mulher. Neste sentido, Hall afirma:

O feminismo questionou a clássica distinção entre o ‘dentro’ e o ‘fora’, o ‘privado’ e o ‘público’. O slogan do feminismo era: ‘O pessoal é político’. Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças etc. Ele também enfatizou, como questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas) (HALL, 2002, p. 49).

Portanto, o Feminismo é composto por movimentos sociais, movimentos políticos, por ideologias, filosofias etc. que objetivam direitos iguais para homens e mulheres e, por meio do empoderamento da mulher, visa à derrocada dos padrões opressores da sociedade patriarcal.

Em conseqüência dos ideais defendidos na Revolução Francesa “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”, deu-se o início do Movimento Feminista, que surgiu na Europa em meados do século XIX e que, ainda em estado embrionário, foi impulsionado pelo anseio das mulheres em

---

<sup>6</sup> Disponível em: <[HTTPS://www.significados.com.br/feminismo/](https://www.significados.com.br/feminismo/)>. Consultado em: 03/12/2017.

participarem efetivamente das mudanças sociais de então.

Estudiosos apontam que a primeira protagonização feminina, na trama da Revolução Francesa, se deu no dia 05 de outubro de 1789, dia em que aproximadamente sete mil mulheres foram de Paris até o Palácio de Versalhes para protestar contra o preço alto do pão. Mas, o que foi um movimento em busca de alimento incorporou um objetivo ainda maior, a garantia de que o pão voltaria a ser barato e abundante (TELES, 2012).

Esse acontecimento, conhecido como *Marcha das mulheres sobre Versalhes*, apesar de sua suma importância na Revolução Francesa, não abriu espaço para que mulheres tivessem direito de participar politicamente da Revolução. Mesmo assim, a partir de suas ações durante a Revolução Francesa, as mulheres fizeram-se ouvir galgando, com isso, do lugar de submissas para a busca de direitos de cidadãs respeitadas pela sociedade.

Deste modo, pode-se afirmar que os direitos e o respeito conquistados pelas mulheres só são uma realidade porque, assim como ainda há, houve lutas, quebras de senso comum, afirmações, coragem e rebeldia para enfrentar ordens estabelecidas há muito tempo e aceitas culturalmente como inabaláveis.

Antes de qualquer lei que assegure direitos e deveres, geralmente há uma alteração de costumes sociais. Por isso, ao discorrer sobre as conquistas feministas, deve-se ater às “lutas” travadas e suas conquistas, protagonizadas pela sociedade civil. Assim, a imprensa e os demais meios de comunicação em massa sempre tiveram importante papel para que fossem consolidadas alterações no *status quo* das sociedades. Pois, apesar das normas legais que regem as sociedades, que buscam extinguir os atos de violência contra a mulher, é notório que a mesma ainda persiste, e em grande quantidade.

Apesar da vigência atemporal da violência de gênero e da imposição à mulher de um papel inferior nas sociedades, contaminadas pelo chauvinismo, as lutas feministas por direitos igualitários obtiveram muitas conquistas, mas ainda há muito que ser modificado quanto aos posicionamentos e ações, tanto de homens quanto de mulheres, com relação à igualdade entre os gêneros.

Pois, apesar das conquistas, a previsão para que a igualdade entre os gêneros ocorra de forma efetiva não é esperançosa, uma assustadora previsão da Organização das Nações Unidas afirma sobre a possibilidade de igualdade entre homens e mulheres para o ano de 2.490, fato este condicionado a fatores, tais como: interrupções e/ou retrocessos nas ações em curso na atualidade, bem como nas normas já estabelecidas, possibilitando, assim, que a desigualdade entre gêneros se estenda por tempo ainda maior. Assim, tratar dos direitos humanos das mulheres ou da igualdade de gênero, não importando a terminologia utilizada, reavendo as lutas

políticas já travadas em torno deles e redescrevendo conceitos é imperativo para que haja continuidade da luta e, enfim, efetivá-los (TELES, 2012).

Pode-se sugerir, a fim de que as várias formas de violência praticadas contra a mulher sejam minoradas e abortadas da cultura, faz-se urgente que se dê a desconstrução do “falocentrismo”, imperante há décadas no pensamento popular, por meio de todo e qualquer círculo formador e captador de opiniões. Pois, a criação e promulgação de leis, apesar de pontos importantes e incontestáveis para a conquista na igualdade entre os gêneros, são ineficazes para mudar a histórica cultura discriminatória imperante, que subjuga, discrimina e aterroriza as diferenças naturais intrínsecas à pluralidade dos gêneros.

Portanto, deve-se levar em consideração a necessidade retumbante de repensar os hábitos nas relações de gênero, pois, somente por meio da extirpação do domínio do pensamento machista, falocêntrico, será possível formar indivíduos comprometidos com o respeito entre os gêneros.

Apesar dos entraves e da temeridade do longo tempo estimado pelos estudos da ONU, a mulher já alcançou direitos irrefutáveis no Brasil e no mundo, e os consecutivos movimentos em prol desses direitos estão divididos, no meio acadêmico, em ondas do feminismo – primeira onda, segunda onda, terceira onda e, mais recentemente, a quarta onda. Estas “ondas”<sup>7</sup> são responsáveis, cada qual em seu tempo, por alavancar a condição da mulher.

## **1.2 As “Ondas” do Movimento Feminista**

### **1.2.1 Primeira Onda do feminismo**

A desigualdade de direitos entre os gêneros levou as mulheres a lutar por eliminar e ou minimizar as diferenças de direitos que acontece há muito tempo. Nesta medida, Miranda aponta:

Desde o início da humanidade que a mulher luta pelos seus direitos, por uma vida melhor, para ser respeitada e reconhecida enquanto ser vivo. Nos primórdios das

---

<sup>7</sup> O termo “onda” é utilizado por De Tilio, e vários outros autores e autoras, para delimitar períodos da história dos movimentos feministas. Nas ondas que delimitam espaço, intensões, conquistas e lutas do movimento feminista estão, além dos já citados, contidos aspectos como o momento histórico em que efervescências acadêmicas e militantes pautaram as insurreições em prol de questões em que mulheres dominaram os debates.

Assim, as ondas do feminismo agrupam mulheres de cada momento histórico, com suas respectivas demandas e particularidades. Portanto, para proclamar as subdivisões do feminismo em 1º, 2º, 3º e, a ainda vigente, 4º onda do movimento, levou-se em consideração agrupar, prioritariamente, as demandas das mulheres.

civilizações as mulheres faziam tudo que lhes era imposto, eram usadas como escravas e objetos sexuais. As mulheres serviam apenas para cuidar dos filhos, da casa e satisfazer os homens (MIRANDA, 2011, p. 2).

Portanto, a luta que objetiva defender e instituir a “igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres não é recente e tampouco é nova. [...] o que se alterou ao longo do tempo foram os termos, as estratégias adotadas e [...] a visibilidade dessas reivindicações” (DE TÍLIO, 2012, p. 70). Sempre houve mulheres e homens contrários às desigualdades e que, conseqüentemente, lutaram em nome da justiça em prol da isonomia entre os gêneros.

Deste modo, faz-se pertinente apresentar um resumo histórico dos processos dos movimentos em prol de políticas para as mulheres. Conforme De Tilio essas demandas se refere a primeira, segunda e terceira ondas do feminismo, podem ser divididas em três momentos ou ondas:

**Primeiro momento:** final do século XVIII até meados do século XIX, no qual o principal mote do movimento das mulheres foi a ideia do igualitarismo, isto é, a suposição de que homens e mulheres possuíam direitos e deveres iguais, mas que na prática não estavam consolidados e se expressavam nas diversas formas de desigualdades entre os gêneros; o foco de atenção das ações e demandas era relativo à busca dos direitos políticos e civis das mulheres [...]. Por isso, o sufrágismo e a sororidade<sup>8</sup> (de cunho universalista, pois se supunha que as mulheres de todas as culturas e estratos sociais eram igualmente oprimidas pelos homens) eram temas recorrentes que pretendiam estabelecer a igualdade entre homens e mulheres e entre as mulheres (DE TÍLIO, 2012, p. 70).

Cabe aqui um adendo para destacar que as conquistas de igualdade entre mulheres e homens e o respeito à mulher não ocorreram, ou ocorrem, somente por meio de atos maiores, que alcançam mais visibilidade. É também decorrente de ações que, aparentemente, são corriqueiras na atualidade.

Neste contexto está inserida a bicicleta que, conforme Susan Brownell Anthony, “[...] uma das mais importantes líderes dos movimentos de direitos civis femininos”, que afirmou, no final do século XIX, que a bicicleta, máquina de uso comum hodiernamente, foi “[...] o implemento que mais fizera pelas mulheres em toda a história da humanidade” (MELO; SCHETINO, 2009, p. 111).

Mas, por que a bicicleta? Porque a bicicleta favoreceu maior liberdade às mulheres quanto ao deslocamento, por permitir que essas pudessem ir e vir sozinhas, além de

---

<sup>8</sup> Sororidade: união e aliança entre mulheres, baseado na empatia e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum.

promover uma mudança de vestuário, de costumes, de comportamento etc. Com às mudanças causadas pela bicicleta:

Rapidamente estabeleceu-se uma relação entre a bicicleta e a *New Woman*, a mulher 'moderna' que contestava os tradicionais papéis sociais femininos, não poucas vezes se envolvendo com movimentos reivindicatórios, entre os quais e principalmente o sufragista (MELO; SCHETINO, 2009, p. 111).

Desta forma, a popularização da bicicleta está contida nos desenvolvimentos que ocorreram no final do século XVIII e podem sugerir que este invento característico do século XIX, entre outros aspectos, revela um período sob influência direta do surgimento de “[...] frutos do pronunciado avanço científico e tecnológico, artefatos materiais que reestruturaram a forma de viver, simbólica e concretamente ocupando importante papel na construção e consecução do ideário da modernidade” (MELO; SCHETINO, 2009, p. 112).

Assim, deste mesmo período data a Primeira Onda do feminismo, iniciada no final do século XIX, que pode ter suas características assim resumidas: a Primeira Onda do feminismo foi, principalmente, movimentações organizadas por mulheres para a conquista de igualdade política e jurídica entre os sexos, ou seja, o cerne deste primeiro período feminista marcou-se pela reivindicação por direitos iguais de cidadania, tais como direito à propriedade e posse de bens, à educação, ao divórcio, entre outros. E teve seu auge na luta sufragista pelo direito ao voto feminino.

Enquanto movimento social, de acordo com Elizabeth Staton<sup>9</sup>, “a mulher estava pedalando uma bicicleta em direção ao sufrágio” (MELO; SCHETINO, 2009, p.111). Assim, o movimento sufragista foi um fenômeno que se relacionava diretamente a um contexto de grandes mudanças nos aspectos culturais, de trabalho, do Estado e da vida nas cidades como um todo. Essas mudanças surgiram de maneira epidêmica na Europa, depois da Revolução Francesa e da Revolução Industrial.

Por isso, o movimento sufragista, da Primeira Onda, que visou o direito do voto às mulheres, fez com que a discriminação praticada contra a mulher adquirisse maior visibilidade pública. Este movimento alcançou grande amplitude, “[...] alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais)” (LOURO, 1997, p. 15).

A Primeira Onda do feminismo ocorreu primeiramente na Europa, e depois se alastrou para outros países, em um período que vai do século XIX ao final do século XX. Esta Onda

---

<sup>9</sup> Elizabeth Cady Stanton foi feminista, ativista social e abolicionista; uma líder do movimento pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos.

visou, principalmente, a promoção da igualdade entre mulheres e homens quanto a direitos contratuais e de propriedade, maior acesso da mulher à educação, o sufrágio feminino (já no final do século XIX), com direito ao voto e a ser votada, direito de dar início a um processo de divórcio, salários com melhor equiparação aos salários pagos aos homens, direito individual da mulher sobre a gravidez (aborto, contraceptivos etc.) e, concomitantemente, sobre a maternidade.

Portanto, a Primeira Onda, ou melhor, o Movimento Feminista é a mudança responsável por inúmeras transformações sociais e, conseqüentemente, culturais da sociedade ocidental.

### 1.2.2 Segunda Onda do feminismo

Após conquistar o direito ao voto houve a expansão do Movimento Feminista, que ampliou seu catálogo de reivindicações para as desigualdades, tanto culturais quanto sociais, existentes entre os sexos.

Deste modo, o cerne das reivindicações da Segunda Onda, que teve seu início na década de 1960, foi a libertação da mulher, ou seja, da diferenciação da mulher com ênfase na alteridade. Isto é perceptível na visão de Louro, que afirma:

[...] no final da década de 1960 [...] o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero. Já se tornou lugar comum referir-se ao ano de 1968 como um marco da rebeldia e da contestação. A referência é útil para assinalar, de uma forma muito concreta, a manifestação coletiva da insatisfação e do protesto que já vinham sendo gestados há algum tempo. [...] intelectuais, estudantes, negros, mulheres, jovens, enfim, diferentes grupos que, de muitos modos, expressam sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento. [...] É, portanto, nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista [...] ressurgiu, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas (LOURO, 1997, p. 15 e 16).

Portanto, esta Onda baseou-se, principalmente, na ideia da diferença entre mulheres e homens, buscando o “[...] estabelecimento de políticas (e de direitos) diferenciais para as mulheres devido à sua condição social (resultado da condição biológica) minorada frente aos homens e a masculinidade [...]” (DE TILIO, 2012, p. 70). Desse modo, o Movimento Feminista



de então atuou, principalmente, sob o ponto de vista de superação dos conflitos entre mulheres e homens, rejeitando o título imposto ou a noção de inferioridade do gênero feminino, em relação ao gênero masculino, como sendo uma desigualdade natural.

Pode-se sugerir que a pílula anticoncepcional, um avanço científico dos anos de 1960, seja um dos “combustíveis” que alimentou essa etapa do feminismo, já que para a mulher a pílula contraceptiva proporcionou a liberação comportamental relacionada ao ato sexual, que antes do anticoncepcional restringiam, com mais vigor, a mulher à monogamia, pois, nessa fase do feminismo a luta visava à liberdade, a autonomia, o direito sobre a própria vida e sobre o próprio corpo.

Assim, com a pílula anticoncepcional a mulher pode ter maior poder de decisão sobre a maternidade e, ainda, escolher seu comportamento sexual, permitindo a diminuição da diferença entre os sexos.

Além disso, as conquistas vieram por meio de protestos, com muitas mulheres saindo às ruas e exigindo os mesmos direitos que eram dados aos homens pelas constituições de seus países, dentre os quais a equiparação de salários, expondo o feminismo entre as décadas de 1960 e 1970, enquanto movimento político integrado a muitas outras bandeiras de lutas civis e minoritárias. O que levou a uma ação paralela do meio intelectual, que passou a dar vez para a questão feminista ao publicar livros de autoras que se interessavam em desconstruir o papel da mulher na sociedade.

Como exemplo e para ratificar o que está sendo afirmado aqui, pode-se citar que:

A partir dos anos 60, o movimento feminista passou a denunciar as relações assimétricas entre os sexos e a lutar contra as diferentes formas de violência que as mulheres sofriam. Desta forma, o que até então não era percebido ou questionado passou a ser considerado um problema social. Nos Estados Unidos, as principais ações do movimento das mulheres violentadas se concentraram no estabelecimento de centros de ajuda, na ampliação da proteção legal para mulher e na educação do público a respeito da violência doméstica (STREY; AZAMBUJA; JAEGER, 2004, p. 260).

Destarte, o destaque de líderes e intelectuais do sexo feminino, recorrente de mudanças educacionais, políticas e sociais é, de fato, um ponto positivo que contribuiu para minorar os disparates com os quais a mulher era obrigada a conviver.

Toda essa luta e movimentação obtiveram resultados positivos com a adoção de políticas de igualdade entre os sexos, tanto nos países industrializados, nos quais o movimento era mais forte e organizado, como em países em desenvolvimento. Essas políticas buscaram responder aos anseios e concomitantemente às novas normas igualitárias que se estabeleciam.

Para que essas normas fossem compreendidas e internalizadas pela sociedade e trilhassem o caminho para que se firmassem como parte da cultura dos povos, aconteceram ações governamentais e sociais ainda, além das campanhas dos movimentos, que visaram sensibilizar outros nichos com relação à causa feminista possibilitando, também, uma reorganização cultural com a possível incorporação de um novo olhar sobre a mulher.

### 1.2.3 Terceira Onda do feminismo

A Terceira Onda do feminismo aconteceu nos anos finais do século XX:

**Terceiro momento:** esse pós-estruturalismo das décadas de 1970 e posteriores estabeleceu uma nova orientação para as lutas políticas dos movimentos feministas: buscar a igualdade na diferença (equidade), pois se há diferenças entre homens e mulheres, isso seria resultado de processos sociais complexos, e as categorias homens e mulheres não seriam uniformes, ou seja, há diferenças entre homens e mulheres e dentre os homens e dentre as mulheres. Pode-se dizer que o grupo de mulheres não é coeso e uniforme como se supunha (resultado da opressão masculina), e que há outras formas de opressões sociais que atingem as mulheres para-além das de gênero (raça, etnia, geracionais, econômicas etc.) (DE TILIO, 2012, p. 71).

Conforme o apresentado acima, na atualidade não se pode generalizar quando se fala em movimento ou lutas feministas. Deve-se ater à “[...] desconstrução dos binarismos (macho ou fêmea; masculino ou feminino; hétero ou homossexual etc.) que fixa posições pré-determinadas aos sujeitos” (DE TILIO, 2012, p. 71 e 72), o que enseja na ampliação dos questionamentos que, por sua vez, leva em consideração a pluralidade identitária e as diferentes características de “[...] mulheres e [...] homens e suas diversas ações políticas, dentre as quais está o enfrentamento de todas as formas de violências contra as mulheres e também contra os homens” (DE TILIO, 2012, p. 72).

Assim, faz-se explícito que as ações coletivas e ou individuais e isoladas que se posicionam contra o despotismo voltado às mulheres aconteceram em inúmeros momentos da história da humanidade, e essas ações ganharam maior visibilidade ao serem retratadas por filmes, livros<sup>10</sup>, revistas etc. e, ainda mais, depois da facilidade de interação e compartilhamento de informações promovido pela internet. Contudo, “[...] quando se pretende referir ao

<sup>10</sup> Exemplos de livros: *Jane Eyre*, de Charlotte Brontë, lançado em 1847; *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, lançado em 1947; *A Mística Feminina*, de Betty Friedan, lançado em 1963.

Alguns filmes: *A Cor Púrpura* (1985), de Steven Spielberg; *Thelma & Louise* (1991), de Ridley Scott; *Tudo Sobre Minha Mãe* (1999), de Pedro Almodóvar; *Mulan* (animação, 1998), de Barry Cook e Tony Bancroft.

feminismo como um movimento social organizado, esse é usualmente remetido, no Ocidente, ao século XIX” (LOURO, 1997, p. 14).

Portanto, o feminismo fez surgir e ainda busca consolidar, dia a dia, que “[...] não é a diferença sexual que estabelece os gêneros, mas sim o discurso de gênero (enquanto um dos dispositivos da sexualidade) que causa o(s) sexo(s) e sua diferença” (DE TILIO, 2012, p. 71).

Esse entendimento das relações entre os gêneros resulta de “[...] longo percurso inerente à história da história das mulheres”, que foram precursoras nas batalhas de igualdade de gênero. De tal modo que o reconhecimento das variantes de gênero e suas lutas ocorreram e ocorrem tendo o feminismo como vanguarda.

#### 1.2.4 Quarta Onda do feminismo

É certo que muitos estudiosos afirmaram que o feminismo havia acabado e que o então recém-iniciado século XXI seria uma época pós-feminista. Constata-se, porém, que tal previsão não passou de um ledo e pueril engano, pois devido ao ainda constante e grande número de casos de opressão às mulheres, o que se percebe é uma verdadeira “Primavera das Mulheres” alimentada pelas redes sociais e pela popularização da internet.

Pois, a Internet tornou-se mais que apenas um meio para buscar informações ou para se comunicar, o meio eletrônico fez-se espaço para a defesa de direitos, deveres e ideias boas e/ou ruins. Neste espaço a luta em prol da equidade entre os sexos ganhou força e divulgação mundial, por meio de campanhas e postagens que ocuparam abundantemente as redes sociais e que denunciaram atos machistas, agressivos, de assédio etc. cometidos contra mulheres nos mais variados cantos do planeta Terra.

Deste modo, com o amplo acesso à Internet e, conseqüentemente, com constante ampliação das redes sociais como meio para formar opiniões é que houve a democratização da possibilidade de se fazer ver e/ou ouvir. E é por meio desse espaço, a Internet, que surge a chamada Quarta Onda do feminismo:

[...] considero que esta nova ‘onda’ para os movimentos feministas [...] se constitui também num momento analítico outro para os estudos e as teorias feministas [...]. Entendo, então, que os novos redesenhos dos movimentos feministas também estão redesenhando novas propostas teóricas, a partir de uma renovada ênfase em fronteiras interseccionais, transversais e transdisciplinares entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração (no mínimo) (MATOS, 2014, p. 4).

Todos esses redesenhos têm como espaço protagonista a popularização do feminismo por meio das redes sociais. Neste campo livre para opiniões, discussões, julgamentos, visibilidade etc., é que aparece a chamada “Quarta Onda”, uma onda marcada pela democratização e conseqüente popularização do feminismo por meio da internet.

As feministas conectadas abordam temas variados nas postagens que, na maioria das vezes, tornam-se virais e podem alcançar um número incalculável de pessoas. Neste contexto, a Quarta Onda revisita temas das Ondas anteriores, o que está inserido em sua característica de “massificação do feminismo” ao invés de objetivar apenas uma temática.

Assim, o acordo entre práticas que movimentam e discursos que adotam o ajuntamento das diferenças é, sem dúvida, o meio para a conquista de maior força para a politização, aumentando, com isso, a potência das lutas sociais. Esta, sinteticamente, tem sido a tônica da Quarta Onda do feminismo.

Poderia me referir amplamente aos diferentes movimentos de resistência que se insurgiram nas ruas e nas redes, mas quero [...] afirmar o valor, a importância decisiva, o caráter insurgente dos feminismos que, desde a #primaveradasmulheres, em setembro de 2015, desde as manifestações de rua de 2013, desde a Marcha das Vadias, em 2011, vieram se consolidando como força política fundamental no cenário da resistência (RODRIGUES, 2017).

Neste contexto, na ramificação de assuntos abordados pelas feministas conectadas da Quarta Onda, estão: abuso sexual, estupro, racismo, aborto, trabalho, assédio, agressão, gênero, política, independência comportamental e corpórea, maternidade etc.

Uma das táticas dessa Onda foi ressignificar termos pejorativos que eram e são utilizados para depreciar as mulheres:

Foi assim que, em 2011, um grupo de mulheres em Toronto, Canadá, organizou a primeira Marcha das Vadias [...]. [...] diante de uma série de estupros não solucionados nem contidos pela polícia, um inspetor sugeriu que, se não quisessem ser estupradas, as mulheres deveriam parar de se vestir como vadias. Dali em diante, as manifestações se espalharam como rastro de pólvora e, por onde passou, a Marcha das Vadias revigorou os feminismos (RODRIGUES, 2017).

A “Marcha das Vadias”<sup>11</sup> foi realizada em diversos países e organizada, em cada uma

---

<sup>11</sup> A Marcha das Vadias surgiu a partir de um protesto realizado em Toronto, no Canadá, e aconteceu, pela primeira vez, no dia 3 de abril de 2011. Esta Marcha enfatiza repúdio à crença de que estupros são provocados e ocorrem como consequência do comportamento das mulheres. Por isso, as mulheres marcham contra o machismo, contando sobre os seus próprios casos de estupro. Depois do Canadá, a Marcha das Vadias aconteceu em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

de suas edições, por meio das redes sociais. Nota-se que a Marcha das Vadias contou com a redescrição das lutas travadas nos anos de 1970, visando o respeito e a liberdade ao corpo da mulher e, portanto, lançando mão de estratégias redescritivas para “[...] a irreverência que havia marcado a segunda onda feminista e retomando palavras de ordem como ‘nosso corpo nos pertence’ ou ‘meu corpo, minhas regras’” (RODRIGUES, 2017).

Ao lançarem mão de uma releitura contextualizada das lutas tratadas durante ondas feministas anteriores, que visaram dirimir o conceito de que a mulher “pede” para ser estuprada, assediada etc. quando expõe seu corpo, as feministas conectadas da Quarta Onda, mesmo que inconscientemente, fazem uso da redescrição. O ato da redescrição pode ser compreendido como o ato de dar novos e atualizados significados aos temas que perderam a força ou estavam esquecidos; a redescrição é uma tarefa da imaginação. Pois, redescrever um tópico ou costume implica em abordá-los com um viés diferenciado do que, normal e geralmente, possa referenciá-los; ou seja, é modificar o domínio comum que restringe qualquer modificação.

Portanto, é certo que a redescrição é uma constante com maior ou menor incidência em todas as ondas do feminismo, mas a Quarta Onda é, sem sombra de dúvidas, dentre as Ondas feministas, a que mais sustenta seus objetivos de luta por meio da redescrição.

E isso se dá, quem sabe, porque as ondas anteriores à Quarta Onda levantaram bandeiras que, até certo ponto, minimizaram as diferenças comportamentais e de tratamento entre os sexos.

Contudo, como ainda persistem pensamentos, ideologias, culturas, enfim, formas de tratamento em que a mulher é menoscabada, a redescrição das ondas anteriores faz-se necessária e inerente para afirmar ou reafirmar os direitos femininos em toda e qualquer área e ou aspecto da vida.

É preciso destacar, também, que a Quarta Onda faz uso do termo “sororidade”, que significa a união das mulheres independentemente de qualquer diferença. Essa proposta de irmandade é outro exemplo de redescrição, já que foi bandeira na Primeira Onda do feminismo.

Esta redescrição de sororidade fez deste recurso de luta algo mais abrangente, globalizando-o:

Já faz parte de um determinado consenso entre as distintas teorias feministas o reconhecimento de uma moldura transnacional de fôlego para os movimentos feministas ao redor do mundo. [...] pressuposto de urgência de uma perspectiva solidária feminista ‘sem fronteiras’ [...] que, por sua vez, passe a valorizar diferentes escalas de intervenção: os subnacionalismo, os regionalismos e os localismos, só para citar algumas (MATOS, 2010, p. 79).

As feministas conectadas da Quarta Onda, portanto, utilizam da mundialização para investigar, manifestar e agir para além das plataformas gerais que defendem. Elas conseguem, por meio de grupos, páginas na Internet e postagens, sondar e intervir em problemas da vida pessoal e familiar umas das outras, como sugere a sororidade.

A ferramenta Internet é, assim como a bicicleta na Primeira Onda, um invento que alavanca, que instrumentaliza a luta pela igualdade de gêneros travada pelo Movimento Feminista. Com a Quarta Onda, e o alcance desta por meio da rede mundial de computadores, a luta por igualdade transbordou, ainda mais, o limite mulher/homem para dar espaço e voz às minorias como um todo, dentre as quais, como exemplo: homossexuais, transexuais, mulheres e população negra, indígenas etc. Além disto, a Quarta Onda também aumentou o campo de atuação quanto à problematização de questões sobre a maternidade, incluído aqui o aborto.

Pode-se sugerir que a Quarta Onda do feminismo é “[...] um processo de democratização de gênero no âmbito das instituições e da (re)formulação de políticas públicas” (MATOS, 2010, p. 83) e, ainda, uma redescrição do objetivo primeiro e constante do feminismo, a luta por direitos igualitários, tais como: o respeito ao corpo, a não padronização da beleza idealizada pelo meio imagético, isonomia salarial, não violência contra a mulher em sentido amplo e irrestrito, ou seja, o repúdio a todo ato que resulte em morte ou lesão física, sexual ou psicológica de mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada.

### **1.3 Conquista e Reconhecimento dos Direitos da Mulher Brasileira**

Apesar da influência das “ondas” na realidade da mulher que habitava o Brasil, o progresso da condição jurídica da mulher e a equidade entre mulher e homem, neste país, foi ainda mais lenta se comparada às conquistas feministas europeias.

Pois, no Brasil houve a predominância da vida na zona rural até o final do Período Imperial e, com isso, “[...] os aspectos sociais próprios da modernidade tornaram-se relevantes a partir do século XIX, quando ocorreram importantes mudanças sociais, incluindo a organização familiar e as novas atribuições femininas” (COELHO; BATISTA, 2009).

Assim, apesar de no século XIX já haver, em países da Europa e nos Estados Unidos, movimentos organizados em defesa dos direitos da mulher, no Brasil essa organização demorou um pouco mais a ser efetivada, se comparada à europeia e estadunidense.

Isso porque, como anteriormente mencionado, a vida no Brasil era, em grande parte rural e os meios de comunicação eram precários, o que dificultava a articulação do Movimento

Feminista nas áreas distantes dos grandes centros urbanos. Apesar dessas e de outras dificuldades o Movimento Feminista se fez ver e ouvir no Brasil, obtendo conquistas quanto aos direitos da mulher, isso se expressou sobretudo desde o final do Século XIX, as mulheres mobilizaram-se no Brasil e no mundo na luta pelos direitos sociais, civis e políticos.

Para tanto, a imprensa e os demais meios de comunicação em massa tiveram importante papel para que as conquistas femininas fossem consolidadas:

No final do século XIX surgiram algumas publicações femininas que expressavam os embates da época a respeito do papel feminino. A primeira delas, 'O Jornal das Senhoras', teve sua primeira edição publicada em primeiro de janeiro de 1852. Este jornal questionava o tratamento conferido às mulheres pelos maridos, defendendo que fossem mais valorizadas – o que, à época, significava um reconhecimento dos aspectos emocionais e espirituais da mulher, nos papéis de mãe e esposa, o que de fato ocorreria mais tarde (COELHO; BATISTA, 2009).

Pode-se sugerir que com o advento de publicações que visavam a uma revalorização da mulher deu-se o início da popularização do feminismo no Brasil que, até então, acontecia por meio de grupos, com ações e alcance mais restritos. Entretanto, não há como não citar, em contra partida às publicações anteriormente mencionadas, que desde sempre os meios de comunicação em massa priorizaram retratar a mulher como objeto de desejo masculino, como regra de estética a ser seguida por todo o grupo feminino, como o “sexo frágil” que cotidianamente necessita da “proteção” do “sexo forte” etc. Essa realidade irrefutável perdura, ainda, na atualidade, apesar de algumas mudanças não facilmente perceptíveis.

Mas, apesar do falocentrismo reinante, também, nos meios de comunicação, as publicações do século XIX proporcionaram que as ideias “feministas” daquela época conseguissem uma visibilidade maior e, com isso, a mulher brasileira engajou-se em lutas de defesa tanto de direitos para o feminino quanto em prol das minorias. Isso se deu, também entre outros aspectos, porque, já na década de 1860, as mulheres pertencentes a classe dominante dedicavam-se à filantropia como meio de eliminarem o tédio, pois os cuidados com a casa e os filhos eram, na grande maioria, executados por escravos e escravas. De acordo com Batista:

[...] também nesta década a defesa dos ideais abolicionistas passou a ser considerada uma conduta elogiável, e muitas mulheres contribuíram com atividades para esses fins, embora ‘não em posições políticas’.

[...]

‘embora essas atividades exigissem resolução e determinação para suportar o desconforto físico, tal como permanecer na chuva durante todo o dia, também podiam reforçar a imagem feminina de nobreza e auto-sacrifício’. Eram, porém, os mantenedores das próprias associações feministas de cunho abolicionista (COELHO; BATISTA, 2009).

Nota-se que o engajamento do mulherio brasileiro, na década de 1860, visava não seus direitos sociais, nomeadamente, mas sim, reforçava seu papel social “secundário”, visto que se o homem era o mantenedor, muito provável é que do mantenedor emanem os objetivos, meios e ações do movimento. Esta sugestão é corroborada pelo fato da mulher brasileira ter continuado, ainda por muito tempo, ocupado o papel secundário na sociedade.

Papel este afirmado pela Carta Magna de 1824, que fez surgir, por exemplo, escolas para educação de mulheres, que visavam trabalhos manuais, domésticos, e ensino brasileiro de instrução primária; o que reforçava a condição secundária da mulher, mas já há aí uma conquista. Pois, “somente no início do século XX é que foi permitido aos homens e mulheres estudarem juntos nas mesmas escolas” (MIRANDA, 2011, p. 7).

Mas é a luta e conquista advinda do movimento sufragista que são vistas como marco divisor do papel da mulher e de seu reconhecimento como cidadã:

No Brasil, ao contrário de outros países, o movimento pelo voto feminino partiu de um homem, o constituinte César Zama, intelectual baiano que [...] durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana, defendeu o sufrágio universal, a fim de que as mulheres pudessem participar efetivamente da vida política do país. No ano seguinte [...] Almeida Nogueira defendeu a participação das mulheres como eleitoras, e lembrou que não havia legislação que restringisse seus direitos e mesmo o projeto da nova Constituição também não cerceava esse exercício cívico. Em 1891, no dia primeiro de janeiro, 31 (trinta e um) constituintes assinaram uma emenda ao projeto de Constituição, de autoria de Saldanha Marinho, conferindo o voto à mulher brasileira (MIRANDA, 2011, p. 8-9).

Contudo, a emenda não entrou em vigor porque, o então presidente, Epitácio Pessoa, cedendo às pressões, retirou seu apoio dez dias após ter subscrito a emenda, o que impediu que o Brasil fosse o primeiro país do mundo a conceder o direito do voto à mulher, título que perdeu para a Nova Zelândia.

Várias tentativas foram realizadas para conceder o direito de voto à mulher brasileira, mas não foram efetivadas. A não efetivação do direito ao voto e de ser votada esbarrava, obviamente, em um motivo principal e constante: a correlação de forças. Pois, quando a sociedade tem mandatários, neste caso homens, e esse administrador percebe que seus subordinados, aqui se lê mulheres, vislumbram a possibilidade de diminuir a subordinação imposta pelos dominantes à ação imediata é coibir sem, contudo, negar-lhes explicitamente o direito reclamado e pretendido, mas, isso sim, retardando sua conquista.

Assim, com o aumento da força organizada das mulheres e a conseqüente pressão exercida sobre o Estado:



O Presidente Getúlio Vargas, resolveu simplificar e todas as restrições às mulheres foram suprimidas, sendo através do Decreto nº. 21.076, [...] de 1932, instituído o Código Eleitoral brasileiro, onde o artigo 2º disciplinava que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma da lei. Deve-se ressaltar que as disposições transitórias, em seu artigo 121, dispunham que os homens com mais de 60 anos e as mulheres em qualquer idade podiam isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral. Logo, não havia obrigatoriedade do voto feminino. [...]. Em 3 de maio de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, a mulher brasileira pela primeira vez, em âmbito nacional, votaria e seria votada (MIRANDA, 2011, p. 10).

Hodiernamente, “a legislação eleitoral vigente garante às mulheres brasileiras a participação efetiva nas eleições, obrigando os partidos políticos apresentarem em suas chapas proporcionais a cota mínima de 30% de candidatas” (MIRANDA, 2011, p. 10).

Com a Constituição Federal de 1988:

Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 2012, p. 13).

A mulher e o homem passam a ter isonomia garantida por lei, embora seja público e notório que, apesar do que normatiza a Carta Magna de 1988, a cultura cotidiana ainda não internalizou por completo essa isonomia.

É óbvio que todas as lutas do feminismo, independente do período histórico em que ocorreram, objetivavam – e objetivam – o reconhecimento de igualdade de gêneros no cotidiano social e frente às normas legais. Assim, crê-se ser necessário aludir ao que é o Direito e suas normativas:

É o direito um sistema de disciplina social fundado na natureza humana que, estabelecendo nas relações entre os homens uma proporção de reciprocidade nos poderes e deveres que lhes atribui, regula as condições existenciais dos indivíduos e dos grupos sociais e, em consequência, da sociedade, mediante normas coercitivamente impostas pelo poder público (RÁO, 1999, p. 31).

Desta forma, as normas legais retratam, genericamente, costumes e anseios de uma sociedade, tendo como fundamento a reciprocidade. Ráo abre espaço para que se compreenda que as leis que regem as sociedades, termo compreendido aqui no amplo sentido de “Estados”, se estendem a todos os indivíduos pertencentes ou mesmo de passagem por esse “Estado”, o que deveria impedir a diferenciação de qualquer natureza, que traga consequência de negação de qualquer direito. Esta busca de igualdade é o que move a luta das “minorias” e é o que fez e

faz atuar o feminismo e demais lutas por igualdade, independente de seu gênero. Cabe aqui um breve cronograma das principais mudanças efetivadas pelas principais leis com relação à mulher:

Em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada, surgiu novo marco histórico da liberação da mulher no Brasil. Quer nos parecer que o maior mérito do Estatuto foi abolir a incapacidade feminina, revogando diversas normas discriminadoras (MIRANDA, 2011, p. 11).

Não obstante, pode-se perceber que, já pelo título do estatuto em questão, a condição da mulher continua sendo a de obediência ao homem, mesmo passando a ser tida como capaz.

Em 1977, introduziu-se em nosso ordenamento a Lei do Divórcio dando aos cônjuges a oportunidade de por fim ao casamento e constituir nova família. Privilegiou a mulher com a faculdade de optar, ou não, pelo uso do patronímico do marido, retirando a imposição da mulher se despersonalizar abrindo mão do próprio nome para adotar o do marido (MIRANDA, 2011, p. 12).

Nota-se que, além do direito ao divórcio, à mulher foi atribuído o direito de escolha do sobrenome. Apesar de poder parecer, na atualidade, uma conquista “pequena”, é preciso contextualizar essas ao *status quo* dos anos 1970, o que faz com que sejam importantes vitórias; íngremes degraus calcados que também alicerçaram movimentos posteriores.

Em 1990, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente que consagrou, definitivamente, o princípio constitucional da igualdade estabelecendo que o pátrio poder seria exercido ‘em igualdade de condições pelo pai e pela mãe’ e que o dever de sustento, guarda e educação dos filhos caberia a ambos. [...]. Em 14 de julho de 2010, por força do Poder Constituinte Derivado Reformador, foi publicado e entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 66, que veio para dar nova redação ao § 6º do artigo 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, no sentido de suprimir o requisito de prévia separação judicial por mais de 01 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 02 (dois) anos. [...]. O Código Civil de 2002 substitui a palavra ‘homem’ do revogado Código de 1916, por ‘pessoa’, e assim, sucessivamente, em todo o Código, para que se retire definitivamente deste, toda e qualquer desigualdade nas relações jurídicas, seguindo o princípio da isonomia declarado pela Carta Magna de 1988. No Código de 2002, liga-se à pessoa a ideia de personalidade, exprimindo aptidões genéricas para adquirir direitos, e contrair obrigações (MIRANDA, 2011, p. 12-14).

Inclusas neste rol estão a Constituição de 1988; a Lei nº 10.778, de 24 de Novembro de 2003, que normatiza, em todo o território nacional, a notificação obrigatória em casos de violência contra mulheres atendidas em serviços de saúde, sejam esses públicos ou privados e complementando a Lei nº 10.778 está a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida por

Lei Maria da Penha, que assegura o combate à violência contra a mulher:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006).

É correto afirmar que a aprovação desta lei foi um salto significativo quanto à proteção da mulher, pois prevê a coibição da violência e o amparo da vítima, pois é mais um organismo que reforça coibir a violência contra a mulher, seja no meio familiar e doméstico ou no meio público (trabalho, rua, instituições de ensino etc.). O porquê disto se dá devido à Lei nº 11.340 normatizar medidas penais para crimes de violência, física e psicológica, contra a mulher.

Assim, o Movimento Feminista brasileiro seguiu as ondas mundiais do feminismo. As lutas por direitos democráticos como o direito ao voto, à educação, ao trabalho e ao divórcio, foram os principais objetivos da Primeira Onda, no final do século XIX.

Para exemplificar as conquistas desse período pode-se citar que o Movimento Feminista possibilitou que fosse eleita, no Brasil de 1934, a primeira deputada brasileira, Carlota Pereira Queiróz, e naquele mesmo ano, 1934, a Assembleia Constituinte assegurou “[...] o princípio de igualdade entre os sexos, o direito ao voto, a regulamentação do trabalho feminino e a equiparação salarial entre os gêneros” (PORTAL DO BRASIL, 2017).

Tem-se como exemplos a liberação sexual que foi impulsionada pelo aumento de contraceptivos, na década de 1960, na Segunda Onda; as lutas sindicais nos anos de 1970, inseridas na Terceira Onda, e o constante e crescente movimento da atual Quarta Onda, que debate e defende os direitos da mulher brasileira concomitantemente com mulheres de todos os pontos do mundo.

Todas as lutas e conquistas do Movimento Feminista possibilitaram que a mulher brasileira deixasse de ocupar o lugar de objeto para se firmar, dia a dia, como um ser individual, capaz e livre.

As normas aqui citadas, dentre outras, demonstram a consolidação de direitos, em forma de leis, que foram conquistados por meio de lutas feministas mundiais que, para além de leis, visam o reconhecimento de igualdade entre os gêneros e, por isso, cabe aqui discorrer sobre as relações de gênero.

## 1.4 Construção das Relações de Gênero

Desde seu mais tenro princípio a humanidade passa por incontáveis fases que carregam em si características, positivas e ou negativas, peculiares. Nenhum acontecimento pode estar totalmente desvinculado do meio e do tempo social em que acontece. Assim, as políticas, a economia, as descobertas científicas, os cotidianos pessoais e interpessoais, as normas legais, tudo enfim, que envolve a sociedade humana sofre mudanças conforme os princípios que estão em voga, generalizando. Este fator faz com que, na maioria das vezes, as mudanças ocorram de maneira lenta e gradual, já que acompanham as alterações de comportamento e pensamento das sociedades.

A sociedade humana civilizada, com dois mil e quinhentos anos, carrega em seu imaginário "[...] uma gama imensa de mitos, cosmogonias, seres folclóricos etc. A posição e o papel da mulher em meio a este circuito acabam sendo expressos através desses mitos inscritos no imaginário" (ALMEIDA, 1997, p. 15). Na visão de Guedes:

Ao enveredarmos ainda pela identificação do Gênero e procurarmos compreender o seu significado, no campo da construção teórica e da sua relação com o Movimento de Mulheres/Movimento Feminista, vemos que, há cerca de duas décadas, certo furor feminino atacou diversos campos do saber, ligado principalmente ao Movimento Feminista. Esse furor representava tentativa(s) de dar estatuto de *saber* à vivência e estudos sobre a mulher (GUEDES, 1995).

Em meio a esse furor a palavra “gênero”, muito antes das alterações de visão sobre a questão de gênero, que se instaurou efetivamente no coletivo social a partir do Movimento Feminista, estava imbricado no parentesco e, conseqüentemente, à organização social, sem que lhe coubesse qualquer problematização. E esta visão restrita, que regeu a questão de gênero por décadas, hodiernamente ainda influencia a compreensão e a prática de muitos sobre este assunto que, pode-se sugerir, ainda é maioria absoluta na sociedade humana.

Assim, com o passar do tempo, o termo gênero foi sendo construído socialmente e passou a ter um conceito que busca compreender as relações entre homens e mulheres para estabelecer a igualdade entre os gêneros. Infelizmente, apesar das conquistas realizadas, ainda há muito a ser trabalhado para que a igualdade entre todo e qualquer gênero seja, de fato e de direito, uma prática cotidiana da humanidade.

O Movimento Feminista, em todas as suas ondas, vem modificando o conceito, a compreensão, o aceitamento, o respeito, os direitos dos gêneros, pois:

Muitas questões colocadas pela teoria feminista devem ser compreendidas em um contexto mais amplo, no processo de transição de paradigmas, fruto das transformações sociais que ocorreram nos anos 60. Guerras e movimentos de descolonização que, no Primeiro Mundo, trouxeram à tona não só os ‘internamente colonizados’ (as chamadas minorias, os marginais, as mulheres, os homossexuais) como os ‘externamente colonizados’ (os habitantes do mundo colonizado), colocando em cena novas vozes coletivas e contribuindo para a desconstrução de um sujeito único e universal (SCAVONE, 2008, p. 174).

Nesse “sujeito único e universal”, que estava proposto e fundamentado por estudos antropológicos, ocorreram quebras que possibilitaram incluir mais e dar maior visibilidade a grupos que, até então, não possuíam voz realmente representativa.

Portanto, a importância do conceito, ou conceitos, de gênero perpassam as três primeiras ondas do feminismo:

Forjado em certo momento do século 20, a fim de enfrentar as consequências da hierarquia social e econômica entre homens e mulheres, o conceito de gênero tem uma história que cresce com a segunda onda feminista e uma fortuna crítica que emerge a partir do final dos anos 1990, com a necessidade de ampliar as reivindicações políticas para além dos binarismos, como masculino/feminino, sexo/gênero. Era preciso desestabilizar os pares que nos configuravam sempre ao número dois. Se a segunda onda feminista foi marcada pela construção do conceito de gênero, como explica Heilborn, a terceira onda se pautou por questionar e tensionar o conceito até o limite de suas possibilidades de desconstrução, abrindo espaço para a configuração de outros gêneros, de outros sujeitos de direitos e de novos modos de fazer política (RODRIGUES, 2017).

Esta “desconstrução” do conceito primário de gênero, acontecido durante a Segunda Onda do feminismo, constitui-se em constante causa na Quarta Onda, que defende um abrangente leque de gêneros, buscando radicar a ideia de respeito à pluralidade de individualidades de gênero.

É correto afirmar que gênero está, enquanto conceito científico das relações sociais, imbricado ao Movimento Feminista desde sempre ou, mais cronologicamente e talhando a história da luta feminista por direitos iguais, desde o século XIX. Pois, a partir dessa época o Movimento Feminista vem pautando a condição da mulher nas sociedades ocidentais:

Em seus primórdios, as reivindicações estavam ligadas ao chamado sufrágio em prol do voto feminino. Já em meados de 1960 as feministas passam a produzir livros e artigos de forma mais contundente sobre a situação de opressão da mulher (COSTA, SILVERA, MADEIRA, 2012, p. 222).

Daí para frente, por meio de suas conquistas, a mulher veio e vem se firmando como

indivíduo social capacitado, com direitos e deveres iguais aos do sexo masculino e permeando as conquistas do feminismo. A utilização do termo gênero sofreu alterações em seu emprego:

Por exemplo, a utilização proposta pelo Dicionário da Língua Francesa de 1876, era: ‘Não se sabe qual é o seu gênero, se é macho ou fêmea, fala-se de um homem muito retraído, cujos sentimentos são desconhecidos’. E Gladstone fazia esta distinção em 1878: ‘Atena não tinha nada do sexo, a não ser gênero, nada de mulher a não ser forma’. Mais recentemente – recentemente demais para que possa encontrar seu caminho nos dicionários ou na enciclopédia das ciências sociais – as feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos (SCOTT, 1995, p. 72).

Portanto, pode-se sugerir que a caminhada, que hodiernamente desemboca em uma maior liberdade e acesso ao conhecimento da multiplicidade de gêneros, para maior cientificação do termo “gênero” teve o Movimento Feminista como roteirista, diretor e protagonista; impulsionador de uma melhor compreensão de gênero(s).

Contudo, ainda há dissonâncias quanto à construção de um conceito de gênero:

[...] algumas teorias pós-estruturalistas, ou a ‘teoria de relação de objeto’, mais especificamente, fazem depender a produção da identidade de gênero e a gênese da transformação de estruturas de interação relativamente pequenas, além de limitar o conceito de gênero à esfera doméstica e da família. [...]. Heloísa Buarque de Holanda, discutindo o mesmo tema, observa que o feminismo e a pós-modernidade trabalham com conceitos distintos e até opostos. Enquanto as políticas e as teorias pós-políticas, a crítica feminista insiste, contrariamente, na articulação de suas questões com as determinações históricas e políticas. Se os primeiros falam de uma crise da representação e da morte do social, o segundo fala exatamente de uma luta pela significação. [...]. Tânia Swain, para quem os estudos de gênero trabalham a sexualidade, ‘tendo em vista a divisão binária do humano a partir das construções baseadas sobre o sexo’, propõe uma ampliação do conceito de gênero para heterogênero, que proporia ‘um questionamento tão radical das relações sociais quanto o da teoria da construção dos gêneros, em sua época’, por dar conta da ambiguidade da sexualidade e das relações de gênero, que este conceito já não abarcaria no momento (TORRÃO FILHO, 2005, p. 134).

Deste modo, a concepção das relações de gênero transcorre por múltiplas pesquisas e, conseqüentemente, recebe variados conceitos. Nesses estudos e conceituações estão inseridas “[...] a construção de papéis masculinos e femininos, o aprendizado destes que formam a identidade dos sujeitos; da sexualidade; do enfoque na violência contra a mulher; das discussões sobre as masculinidades [...]” (COSTA, SILVERA, MADEIRA, 2012, p. 222), dentre outros aspectos influenciadores; logo:

[...] o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social. ‘O gênero

ênfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminidade'. Este aspecto relacional vem da preocupação de alguns de que os estudos femininos se centravam sobre as mulheres de maneira demasiado estreita, assim a noção de gênero daria conta de que as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não poderiam ser entendidos separadamente (TORRÃO FILHO, 2005, p. 129).

Apesar das diferentes visões sobre o conceito de gênero entende-se, nesse estudo, ser adequado afirmar que esses conceitos, na atualidade, conseguem evidenciar que não é natural a sujeição da mulher, bem como não é imutável sua subordinação e, conseqüentemente, seu papel na sociedade, pois, no decorrer da história explicitou-se que identidades não são estáticas, imutáveis, mas sim, mutáveis, diversificadas, ou seja, com infinitas nuances de identificação, de personalidade e de possibilidades que englobam, também, neste estudo, as alterações ocorridas, e que acontecem ainda, no papel feminino da maternidade.

Portanto, as mulheres têm lutado, por muitos anos, pelo direito de exercer sua cidadania e, para tanto, embasam seus argumentos demonstrando suas qualificações. Contudo, o patriarcalismo negou-lhes a cidadania ao tratá-las como “o outro”. A luta travada por todas as Ondas do feminismo, que visaram e visam à igualdade de direitos entre os gêneros, alavanca um benefício ainda maior e irrestrito que é a democratização efetiva da sociedade humana.

A igualdade que o Movimento Feminista busca não representa a ausência ou eliminação da diferença, mas sim, o reconhecimento da diferença sem, contudo, impor essa diferença como barreira ou como meio para a subordinação da mulher ao homem: “a emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve [...] uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise” (TORRÃO FILHO, 2005, p. 130).

Pois, para que haja a democracia, em sentido abrangente e irrestrito, é necessário que a discussão das relações de gênero esteja presente e seja constante e, neste sentido, a luta das feministas não se limita apenas aos interesses imediatos do feminino, mas aos interesses gerais da humanidade.

Portanto, além das conquistas diretas em prol da mulher, o Movimento Feminista contribui efetivamente para que aconteçam mudanças, tanto comportamentais quanto normativas, que beneficiam todo e qualquer gênero, ou seja, que beneficiam a humanidade.

## CAPÍTULO II

### FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nas últimas décadas aconteceram várias alterações “[...] no plano socioeconômico, pautadas no processo de globalização da economia capitalista. Essas alterações vêm interferindo na dinâmica e estrutura familiar, trazendo alterações em seu padrão tradicional de organização” (WIESE; SANTOS, 2009, p. 2). As transformações no conceito de família tornaram-se mais explícitas após a Revolução Industrial. Pois, em épocas anteriores à invenção das máquinas, “[...] as economias eram artesanais e agrícolas, e os papéis familiares eram divididos: [...] a mulher [...] era criada para cuidar da casa e da prole, ser bondosa e obediente ao esposo” (WIESE; SANTOS, 2009, p. 2).

A família, antes da Revolução Industrial, deveria ser formada numa configuração padrão para que fosse considerada “normal”, ou seja, sua formação incluía um homem, uma mulher, filhos, todos com os papéis definidos e, ainda, deveriam compartilhar laços sanguíneos e um mesmo endereço.

Isto porque, historicamente, a formação do núcleo familiar seguiu e segue o modelo sacralizado, ou seja, a família com pais heterossexuais, formalizada por meio de cerimônia religiosa e com regras hierárquicas preestabelecidas e bem definidas. Este modelo de família, incrustado no senso comum, se concretizou e “eternizou-se” a partir do estreitamento das relações entre Estado e Igreja; estreitamento que estabeleceu que a família deveria nortear-se por meio das “leis divinas”.

Assim, as regras canônicas, que impuseram as hipócritas normas de "moral e bons costumes" com severidade, eram excludentes e injustas; não permitindo relações íntimas entre pessoas do mesmo sexo – e obviamente o casamento –, estabelecendo rejeição de filhos bastardos e a subserviência da mulher ao homem, dentre outras.

Essa visão de núcleo familiar passou a mudar após a Revolução Industrial, com a agricultura não ocupando mais o esteio da economia, muitas famílias deixaram os campos e se mudaram para as urbes industrializadas. Com o inchaço da mão de obra disponível, os valores salariais pagos pelas indústrias, já não eram mais o suficiente para o sustento da família, o que incentivou as mulheres, e até mesmo crianças, se tornar mão de obra para as indústrias. Assim:

Este contexto favorece a mudança no papel da mulher na sociedade, deixando de ser apenas a pessoa responsabilizada a ficar dentro de casa, para cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos. Esse quadro torna-se mais evidente na década de 1960; com



o movimento feminista, a mulher inicia a sua emancipação social e sexual, pois nesse mesmo período ocorre a possibilidade de escolha da mulher à maternidade, pois se difundem os anticoncepcionais [...] (WIESE; SANTOS, 2009, p. 3)

Daí em diante a composição dos núcleos familiares foi se modificando mais rapidamente e a família deixou de ter apenas o formato pai, mãe e filhos e deixou, também, de ter como princípio pressuposto a consanguinidade. As constantes adaptações da família em decorrência das mudanças inerentes a cada período da história, e que mudam as políticas públicas e, conseqüentemente, também o Serviço Social, é por isso tudo, que a família é objeto de debates em variados campos do conhecimento.

Atualmente família pode ter várias composições, além da heteronormativa; o núcleo familiar pode se constituir por uma só pessoa, independente do sexo, que viva com um ou mais filhos; a família pode se constituir, ainda, por dois pais ou duas mães e seus rebentos, sejam esses adotados e ou naturais, dentre outras composições possíveis.

Quanto às políticas públicas brasileiras, estas sempre mantiveram a família como mote de seus estudos e ações, embora com maior ênfase durante certos períodos de sua história:

[...] o debate em torno do papel da família na esfera da política social ocorreu de forma secundária, sendo esse contexto alterado nos anos de 1970 com os questionamentos provenientes da crise do *Welfare State*<sup>12</sup>, ‘que fizeram com que a família fosse “re-descoberta”, tanto como instância de proteção, como também quanto possibilidade de “recuperação e sustentação” de uma sociabilidade solidária’ (CASTRO, 2008, p. 111).

Pois o núcleo familiar “sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social [...] os governos brasileiros sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros” (PEREIRA, 2006, p. 29).

Faz-se necessário destacar que, tanto a proteção social quanto a política social estão integradas às precisões de segurança familiares e individuais, que “[...] podem ser satisfeitas pela intervenção de atores públicos e privados. A proteção social é uma ação coletiva de proteger indivíduos contra os riscos inerentes à vida humana e/ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos” (CASTRO, 2008, p. 113).

Portanto, a participação da família e as políticas públicas que a visam não são algo novo, do contexto histórico atual. O que há de novo são as alterações quanto ao papel conferido.

Se antes a família (principalmente a mulher) participava através do cuidado aos dependentes e na reprodução de atividades domésticas não remuneradas, [...], hoje ela

<sup>12</sup> Denominação em inglês de Estado do Bem-estar, termo usado para assinalar um Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os seus cidadãos.

passa a ser centralidade nas políticas públicas (saúde, educação, assistência social). Chegando a ser um eixo estruturante da gestão do Sistema Único de Assistência social - SUAS: a matricialidade sociofamiliar (MESQUITA, 2011, p. 2).

Explicita-se, portanto, que as políticas públicas, por não haver como deixar de ser, acompanham, mesmo que morosamente, as novas configurações de família, pois todo regime:

[...] é uma construção histórica, que traz consigo, nas suas instituições e formas, a história passada de embates entre classes, grupos sociais, coalizões políticas, movidas cada qual por seus sistemas de interesses e valores, atuando segundo suas distintas capacidades de apropriação de porções de bem-estar gerado e institucionalizado, em uma dada sociedade (DRAIBE, 2007, p. 39).

As políticas sociais estão referenciadas ao processo de gestão pelo Estado, pela força de trabalho, “[...] que articula as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social” (CASTRO, 2011, p. 112). Sendo assim, as políticas públicas, que englobam o Serviço Social, voltadas à família constituem-se de respostas do Estado às manifestações da questão social:

O surgimento da política social foi gradual e diferenciado entre os países, variando de acordo com o grau de organização e pressão da classe trabalhadora; do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. As conjunturas econômicas e os movimentos políticos delineiam a atuação do Estado, e sua intervenção abarca distintos campos da política social: saúde, educação, habitação, serviços sociais, informação, defesa do consumidor (CASTRO, 2008, p. 112).

Destarte, políticas públicas podem ser compreendidas como parte que constitui as relações sociais capitalistas, com suas desigualdades econômicas, culturais e políticas entre diferentes classes sociais que fomentaram, também, o processo de conscientização e luta dos trabalhadores por direitos políticos e sociais e com o passar dos tempos e das adaptações de políticas públicas que pudessem minimizar os anseios das minorias, a tese que defende o Estado mínimo e a regulação do mercado na vida social foi revista, revisada e reeditada.

Assim, as famílias começam a ter a responsabilidade sobre o bem-estar de seus membros e a entrada definitiva da família como principal promotora do bem-estar é:

[...] referida como ‘familismo’, a característica indica o papel desempenhado pela família no bem-estar de seus membros, por meio de transparência intrafamiliar de natureza material e imaterial, especialmente das atividades de cuidados prestados pelas mulheres. O alto valor conferido à família e o baixo grau de individuação de seus membros expressariam tal características (DRAIBE, 2007, p.41).

A crise do Estado de Bem-estar, portanto, impulsionou a adoção da família como solução para a proteção social almejando, com isto, reduzir a dependência em relação aos serviços públicos, redescobrimdo e fomentando a autonomia familiar enquanto capacidade de resolver seus problemas e necessidades.

Com o constante crescimento da riqueza nas mãos de uma minoria, desde os anos de 1980, a questão social vem se agravando com o aumento da pobreza da maioria da sociedade, decorrente de um crescimento desorganizado e desigual do desenvolvimento econômico.

[...] no Brasil ao passo que a Constituição de 1988 – conhecida como a constituição cidadã – avançou a colocar o princípio da universalidade dos serviços sociais (saúde, educação, habitação, assistência social) se caminhava em direção contrária para ‘reparar’ a situação caótica de miserabilidade da grande parcela da população (MESQUITA, 2011, p. 4).

Como consequência da desigualdade; a pobreza, o desemprego, doenças e violência instauram-se e exigiram ações governamentais que pudessem resolver ou minimizar esses problemas sociais. Assim:

Para além dos dispositivos legais, [...], o princípio da democratização tem permeado a organização do Estado brasileiro e se apresenta a partir do art. 1º da Constituição Federal, que define que a República Federativa do Brasil ‘constitui-se em Estado democrático de Direito’. Diferentes artigos da Constituição Federal definem como diretrizes a descentralização político-administrativa e a participação popular. O Estado assume sua insuficiência em responder sozinho às demandas sociais, mesmo reconhecendo-se como imprescindível e insubstituível no que diz respeito à responsabilidade do financiamento e à condução das políticas públicas (YANNOULAS, 2002, p. 29).

Mas, ao invés da posição universal recomendada na “Carta Magna”, o Brasil é normatizado por políticas que se pautam na privatização, focalização e na participação da sociedade quanto ao financiamento e à efetivação de programas e serviços para a população economicamente mais vulnerável.

Destaca-se a nova vertente apresentada pelo Estado Brasileiro que objetiva o enfrentamento da pobreza. Para tanto, o Brasil instituiu o Bolsa Escola, em 2001, e o Bolsa Família, em 2003, programas de renda mínima ou de transferências condicionadas de renda. Estes programas caracterizam-se por repasse de dinheiro do Estado para famílias que estejam em condição de vulnerabilidade. Nestes programas está inserida e arraigada a pregação de que deve haver seletividade na atuação para que, com isto, a população empobrecida seja beneficiada pelos programas. Contudo, o que aconteceu e acontece, efetivamente, é um

esgotamento dos conceitos de seletividade e universalidade, já que:

A expansão do perfil compensatório e residual da política social seguindo as orientações da agenda de reformas dos programas sociais [...] é parte do crescimento econômico. [...] a proteção social é pensada ‘ao modo combinado e interdependente como o bem-estar é produzido e distribuído entre o Estado, o mercado e a família’ [...]. Os programas de transferências condicionadas de renda são colocados como políticas públicas para assegurar aos pobres, a assistência social que o Estado deveria garantir segundo a constituição do país (MESQUITA, 2011, p. 4 e 5).

As normas vigentes no Brasil, além de limitarem a universalidade das políticas preconizam um tom familista, o que conduz a focalização que gera uma desigualdade de gênero por fazerem vigorar os papéis culturalmente arraigados para mulheres e homens. Esta visão clarifica-se quando se analisa os pressupostos da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS 2005) e da Política Nacional de Assistência (PNAS 2004), nos quais a família está definida como cerne da política de assistência. A PNA 2004 coloca em suas diretrizes a:

‘Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos’ e referenda essa lógica em seus objetivos ao ‘assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária’ [...]. A NOB/SUAS pontua ‘para a proteção social de Assistência Social o princípio de matricialidade sociofamiliar’ considerando que ‘a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social’ [...]. (MESQUITA, 2011, p. 5).

Desta forma, estes dispositivos legais têm, no sentido paternalista, caráter protecionista ao invés da implicação desejada e buscada pelos movimentos feministas, que pode ser resumida como uma conotação de aquisição de direitos cidadãos por meio do valimento metódico e geral da política da maternidade, da condição social e econômica. Pois, o que aconteceu foi a aprovação de normas legais que visam grupos específicos em que estão contidos indivíduos e ou núcleos com problemas especiais e que estão agregadas ao direito trabalhista, ao direito de família, saúde, dentre outros, o que as faz pertencer a contextos legislativos isolados. Assim:

O crescimento do número de mulheres responsáveis pelos domicílios, indicado nas estatísticas nacionais, mais do que representar mudança de gênero na provisão econômica familiar ou autonomia feminina indica, que em se tratando de camadas pobres, a condição de vulnerabilidade de tais mulheres. E mais ainda, significa que essas mulheres além de serem chamadas a assumir a provisão da família são chamadas também a assumir os papéis fruto do binarismo que reforça as desigualdades de gênero na velha equação tão naturalizada ao longo da história da humanidade: mulher = mãe = dona de casa (MESQUITA, 2001, p. 11).

Assim, o Estado assume o juízo de que “a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência” (BRASIL, 2005, p.89). Desta forma, a Norma Operacional Básica supervaloriza a família e a responsabiliza pelo bem estar social dos seus membros, com um papel fundamental para a matricialidade, ou seja, no caso das mulheres o foco está em segmentos específicos de risco social, tais como chefia de família, baixa escolaridade etc.

Explicita-se que o modelo de família nuclear burguesa espalhou-se e foi internalizado, como natural e ideal, para toda a sociedade por todas as classes sociais e isto se deu a partir do século XVIII, com a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, dentre outros acontecimentos. O modelo de família nuclear burguesa baseia-se em poder e obediência, hierarquia e subordinação, o que delimita e separa o núcleo em espaço masculino e espaço feminino, respectivamente externo e interno.

Atualmente, mesmo com as mudanças que possibilitam novos arranjos de família que já não se pautam no modelo de núcleo familiar burguês, o falocentrismo ainda perpetua a desigualdade. Como exemplo pode-se citar o mercado de trabalho em relação à mulher como indivíduo, muitas das vezes, responsável pelo sustento emocional, organizacional e financeiro do núcleo familiar. As mudanças nos papéis dos membros de uma família:

[...] afetaram os trabalhadores em geral, porém com especificidades derivadas da continuidade da divisão sexual do trabalho. De um lado, os programas de estabilização e ajuste estrutural (reforma de estado, diminuição do gasto público, privatizações, redução do emprego público) provocaram quedas no gasto público na área social e baixas salariais, entre outros efeitos particularmente sofridos pelas mulheres. Pela sua tradicional função social na domesticidade e pelo aumento dos lares chefiados por mulheres [...], elas assumiram grande parte das consequências negativas destas medidas de estabilização e ajuste estrutural, que diminuíram o papel do Estado como agente do bem-estar social com a concomitante privatização de responsabilidades sociais, principalmente nas áreas de saúde e educação (o denominado “ajuste invisível”). Na atualidade existem mais mulheres que trabalham remuneradamente e as mulheres em conjunto trabalham semanalmente mais horas, em condições desfavoráveis, para garantir que as crianças e os idosos da sua família tenham acesso a serviços de educação e de saúde (YANNOULAS, 2002, p. 25).

Além das diferenças de tratamento por parte do mercado e empregadores, a mulher é também sobrecarregada por políticas públicas que não vislumbram os contemporâneos e diversificados tipos de arranjo familiar, pois esta diversidade não é prevista na elaboração dessas políticas e muito menos na execução das mesmas, já que nas políticas continua a

prevalecer o olhar com foco androcentrista que permeia toda e qualquer normativa do Estado.

## 2.1 A Construção das Relações de Gênero

O vocábulo gênero denomina, em sua definição gramatical, indivíduos de sexos diferentes, mas nas últimas décadas está sendo usado pela literatura feminista com novas características e, atualmente, pode designar:

a noção de cultura, situando-se na esfera social, diferentemente do conceito de ‘sexo’, que se situa no plano biológico, e assume um caráter intrinsecamente relacional do feminino e do masculino. [...] as feministas americanas começaram a usar o conceito de gênero para se referir à organização social entre os sexos e só mais tarde passaram a usá-lo para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre sexo e rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’ (ARAÚJO, 2005).

Assim, a entrada relacional no uso do termo gênero propiciou uma revisão nas pesquisas focadas nas mulheres o que, por sua vez, direcionou os estudos para a necessidade de especulações sobre as relações de gênero, “uma vez que a história das mulheres não pode ser vista separada da história dos homens” (ARAÚJO, 2005).

Destarte, o entendimento, enquanto conceito científico, das relações de gênero liga-se intrinsecamente ao Movimento Feminista, que influenciou diretamente as mudanças na condição da mulher nas sociedades ocidentais desde o século XIX. Em seus primórdios, as reivindicações estavam ligadas ao chamado sufragismo e continuou reivindicando e conquistou vitórias ao longo dos anos.

Portanto, a história, que está constantemente em construção, das relações de gênero sugere que falar em gênero é uma maneira de dar ênfase ao caráter social das concepções baseadas nas percepções das diferenças sexuais. É certo que o entendimento das relações de gênero transcorreu e ainda transcorre por conceituações e estudos variados, que abrangem, além de outros aspectos, a construção e a desconstrução dos papéis do feminino e do masculino e do aprendizado que forma a identidade dos sujeitos, perpassando pelo enfoque da violência contra a mulher e pelas discussões sobre as masculinidades; pela sexualidade e pelas questões que discutem a relação entre poder e gênero. Sendo assim, ao “[...] abordar gênero como construção social e, mais ainda, como elemento de poder, implica a revisão de vários dos limites teóricos estabelecidos para delimitar o terreno da política” (URRUTIA, 2001, p. 15).

Deste modo, o termo gênero vem ao encontro de uma minimização das diferenciações

aceitas socialmente com relação aos sexos, pois:

O mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, não são esferas separadas. Tomá-los como esferas separadas reforça o mito de que a experiência de um sexo tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Além disso, [...], o uso do termo 'gênero' para designar relações sociais entre os sexos rejeita radicalmente explicações biológicas que encontram um denominador comum para diversas formas de subordinação feminina (ARAÚJO, 2005).

Por conseguinte, vai se gestando a concepção de gênero como relacional, ou seja, pertencente às relações sociais entre os sujeitos e um modo de significar as relações de poder e, muitas das vezes, dando-se independentemente dos corpos biológicos; o que recorre na não naturalidade da subordinação da mulher ao homem.

Portanto, ao se observar o decorrer do tempo histórico, percebe-se que as identidades não são fixas, mas mutáveis e transformáveis, além de serem plurais e diversas, e esta visão das identidades é representada pelo termo gênero. Neste contexto gênero torna-se um elemento *sine qua non* na metodologia de entendimento da relação entre família e sociedade:

Com os paradigmas histórico-críticos e culturais, propostos pelo feminismo, somos convidados a adotar uma 'perspectiva de gênero' em nossas mediações teóricas, partindo de uma concepção crítica da 'visão androcêntrica' da humanidade, que acabou por excluir metade do gênero humano dos espaços socioeconômicos e políticos. A perspectiva de gênero propõe lançar um novo olhar sobre a realidade a partir das mulheres e com as mulheres revolucionando a ordem dos poderes. Centra-se no reconhecimento da diversidade de gênero que implica na reconstrução de uma humanidade diversa e democrática (LISBOA, 2010, p. 70).

Quem sabe por serem as identidades móveis, movimento esse que abastece o reconhecimento da diversidade, é que a construção das relações de gênero também não é estática, estando constantemente em desconstrução e reconstrução utilizando, para isto e muitas das vezes, da ressignificação.

Contudo, apesar de consideráveis avanços, que têm ocorrido nas últimas décadas, as relações de gênero ainda mantêm-se com profundas raízes, inseridas culturalmente há séculos, no domínio masculino (androcentrismo) e é explícito que a dissolução desse modo ainda tardará a se dar por completo.

## **2.2 Relações de Gênero e Novas Configurações de Família**

A reprodução da existência humana baseia-se biologicamente, pois que implica na

intervenção conjunta dos dois sexos, o macho e a fêmea, a priori, apesar dos avanços tecnológicos que podem possibilitar outras maneiras de concepção. Contudo, “a produção social da existência, em todas as sociedades conhecidas, implica por sua vez, na intervenção conjunta dos dois gêneros, o masculino e o feminino” (CARLOTO, 2001) e é certo que cada gênero contribui, com suas particularidades, na formação do pensar, da cultura, das sociedades. Fato que induz à reflexão de que gêneros são:

[...] como obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes cuja aplicação supõe o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos em detrimento de outras. Modelos que se impõem ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo. Mas esta só seria uma aproximação superestrutural do fenômeno dos gêneros (CARLOTO, 2001).

Ao encontro da exposição do pensamento de Carloto, está uma das frases com maior reincidência de citações nas publicações sobre o feminismo e feministas: “Não se nasce mulher: torna-se mulher”, com a qual Simone de Beauvoir inicia o livro *O segundo sexo*, publicado pela primeira vez em 1949.

A afirmativa de Beauvoir, assim como o excerto de Carloto, sugere o reconhecimento do modo pré-reflexivo quanto à escolha de gênero. Pois o gênero, diferente do sexo e conforme afirmam estudiosos, não é natural, mas constitui-se da “construção social [...] elaborada no cotidiano, como parte do aprendizado das regras necessárias para ‘operar no mundo’, baseado na interpretação social da diferença biológica” (URRUTIA, 2001, p. 14).

Quem primeiramente expressou, no final do século XVIII e início do século XIX, a certeza de que os humanos não podem ser tratados como iguais porque não nascem iguais e, portanto, não são iguais, foi a ultradireita, pensamento que surgiu como reação ao ideal de liberdade, igualdade e fraternidade, lema da Revolução Francesa.

Assim, há tempos a “diferença sexual” fez-se objeto de estudo das Ciências Sociais e ocupa lugar de destaque do profissional em Serviço Social, já que as diferenças de gênero são construções sociais:

A existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma (CARLOTO, 2001).



A instituição do como ser uma mulher, com redundância à subordinação, e aceitar coercivamente ser dominada e explorada, carrega em si a marca da naturalização e, quando internalizado como sendo dado pela natureza, incorpora-se, socialmente, o não questionamento.

Deste modo, pode-se sugerir que se deve acreditar e encontrar a identidade sexual por objetivo, e não como destino. Indivíduos precisam estar conscientes de que gênero deve ser assumido e defendido como parte de estruturas de poder; o que faz deste um ato político.

Pois, ao ser reconhecido como fato social, ao invés de natural, o gênero torna-se suscetível de ser reconstruído, exigindo o reconhecimento dos ideais de liberdade e autonomia individuais, o que é capaz de gerar respeito mútuo e é aí que ancora a ideia de direitos e, com isso, ocupando a exigência de um lugar como tópico de debates no espaço público e acadêmico (URRUTIA, 2001).

Por isto, cabe salientar que apesar de muitas conquistas, que na maioria são decorrentes dos movimentos feministas, ainda é bastante redundante o domínio das ideias e ideais traçados por meio do androcentrismo e seguidas, até mesmo, por mulheres. Tal fato se deve à doutrinação secular que limitou a mulher e predispôs cada gênero a círculos existenciais que se tocam, mas raramente realizam uma interposição respeitosa e igualitária.

O espaço social do gênero, que é de grande importância quando se pondera sobre a questão da mulher e do trabalho a ser desenvolvidos pelo profissional em Serviço Social, está ligado aos modos de contribuição para a construção da existência, sendo que o modo feminino diferencia-se do modo masculino, já que, resumidamente, “[...] as atividades masculinas produtoras da existência estão imbricadas em espaços distintos do feminino, que resultam em duas esferas: esfera de sobrevivência (doméstica); esfera de transcendência (pública)” (CARLOTO, 2001), ou seja, na maioria das vezes, na esfera pública encontra-se o gênero masculino e na doméstica está o feminino.

Deve-se salientar que:

[...] a separação da sobrevivência e da transcendência em duas esferas, converte as atividades que se desenvolvem em cada uma delas em alienadas, porque uma carece de sentido se não se refere à outra. A questão não é tanto estabelecer valorações a respeito da importância relativa de cada uma das esferas, mas assinalar que linearmente e circularmente, sobrevivência e transcendência doméstica e pública, masculinidade e feminilidade não são outra coisa que as duas caras da mesma realidade única e indivisível (CARLOTO, 2001).

Portanto, a mulher ainda é tida como membro inferior da sociedade por grande parte dos que a constituem. Até mesmo quando é exaltada como “mãe-modelo” a mulher pode ser

mantida, e o é, em um plano inferior quando o núcleo familiar tem predominância do homem, obviamente esta afirmação está em sentido geral e, se é certo que regras têm exceção, esta certamente sempre as teve. Contudo, não se pode negar a relação de inferiorização do feminino pelo masculino.

Assim como as relações de gênero, como já mencionado anteriormente, a internalização do pensamento sobre família faz parte de influências de processos históricos que se modificam de acordo com a necessidade do contexto em que estão inseridos.

Na contemporaneidade, em decorrência de um maior índice de aceitação social das diferenças e com rupturas no padrão familiar que impera por séculos, novas configurações familiares estão se firmando socialmente.

O núcleo familiar formado por um pai, uma mãe e seus filhos, como postulado por séculos, em que cada membro tem um papel preestabelecido está, gradativamente, sofrendo desconstruções dos padrões impostos em virtude da liberdade de escolhas.

As novas formas de núcleos familiares estão ligadas ao debate sobre o que se entende, hodiernamente, por família. Isto porque a família, e todo o mais, é parte constante e inseparável da história, que está repleta de valores e contradições presentes na sociedade de maneira geral. Contudo, a normalidade ao se olhar o diferente, tão presente no filme *Tudo sobre minha mãe*, não é uma verdade já estabelecida em grande escala social e, por isso, a aceitação e a rejeição direcionadas aos novos arranjos familiares apresentam-se de maneiras diversas em conjunturas distintas que seguem um pressuposto hegemônico que pode ser sintetizado assim:

Na representação social há uma necessidade de entender e compreender o processo de modernização e como pode influenciar nas relações sociais, transformando e contribuindo para a construção de identidades pessoais e das unidades simbólicas (MOSCOVICI, 1994, p. 16).

É possível deduzir, portanto, que os aspectos sociais são construídos por meio da percepção de si e do outro. Por meio do caráter simbólico e imaginário dos saberes sociais pode-se compreender como sujeitos sociais se empenham em entender e dar sentido ao mundo em que vivem.

A família foi se reconfigurando com o desenvolvimento da sociedade, o que gerou o aparecimento de diferentes formações de famílias, além do modelo tradicional socialmente aceito e tido como modelo ideal. As reconfigurações de família geraram novas organizações de unidades domésticas e não somente um único modelo.

## CAPÍTULO III

### MULHERES E MATERNIDADE

As concepções sobre maternidade mudaram muito, conforme as normas inerentes aos períodos históricos das sociedades. O valor atribuído à maternidade, da metade do século XVIII – período em que se deu o início da propagação de um novo modelo da mulher-mãe – até os dias atuais, e sua determinação social originaram muitas questões de ordem pública e privada, tais como: a vida familiar, trabalho, saúde, políticas públicas, dentre outros aspectos:

A história da maternidade é um tema vasto, que diz respeito a vários domínios – à história das mulheres e do gênero, à história política, à história social, à história cultural –, mas também a diversas disciplinas – à sociologia e à ciência política, notadamente. O tema possui, então, forma imprecisa [...] (CARDOSO; AMORIM, 2011, p. 163).

Portanto, o ato de escolha em ser ou não ser mãe sempre esteve ligado àquelas questões que envolvem um todo, como exemplo pode-se utilizar a economia que, enquanto majoritariamente agrária, pressiona para que mulheres tenham uma família numerosa, com muitos filhos e filhas, para mão de obra na lavoura; já com a industrialização e urbanização, a redução no número de rebentos passou a ser “exigida”. “Ou seja, nas duas situações, elas não tinham autonomia para decidir o tamanho de sua prole” (RODRIGUES, 2008, p. 201) e isto se dá, por pressuposto, devido à influência direta do *status quo* vigente à que toda sociedade e ou grupo social está predestinado.

Assim, pode dizer-se que tanto a naturalização quanto a negação da maternidade, generalizando, são situações de pensamento incrementadas ou induzidas pelo Estado e outras organizações por meio de publicidade, que pode transformar particularidades em lugar comum de comportamento e, até, de desejo de conduta de uma sociedade ou parte dela.

O mundo imagético e cibernético da atualidade transforma a necessidade agrária, industrial, de impostos, dízimos, eleitores, de liberdade, respeito, de seguidores, “ovelhas”, de custeio, de êxito etc., e processa para que a mulher não seja exitosa quanto à maternidade, pois retrata, quase que unicamente, o feminino com poder decisório, desde que siga os moldes impostos e predefinidos por uma sociedade machista que sempre propagou a ideia da maternidade como ato divino e irrefutável, mesmo quando imposto contra a vontade da mulher.

### 3.1 A Naturalização X a Negação da Maternidade

Em primeiro lugar, é preciso que se tenha consciência de que as delimitações do que é privado e do que é público, no sentido de Estado, são maleáveis e não se distinguem totalmente, no caso da história da mulher e dos gêneros. Contudo, a maternidade é uma função privada e:

[...] foi utilizada por numerosas feministas do passado para penetrar no espaço público e obter novos direitos (notadamente o direito de voto), que argumentaram que as aptidões das mães para gerir a receita familiar lhes permitiriam se ocupar das finanças do Estado e reivindicaram a maternidade como uma função social (CARDOSO; AMORIM, 2011, p. 166).

E assim, mesmo antes da organização dos movimentos feministas, a imposição da maternidade e consequente formação da família, que ainda hodiernamente é tida como naturalmente óbvia, como valor intrínseco e divino na concordância da mulher, instituiu-se socialmente a partir do século XVIII, pois:

A constituição da família, [...], diferia muito, até o século XVIII, das formas de organização encontradas posteriormente e que se tornaram predominantes no período moderno [...], caracterizadas por sentimentos de ternura e intimidade ligando pais e filhos ou pela valorização da criança. Se o homem ocupava então o lugar central da família, a condição da esposa equiparava-se à da criança, ou seja, era de submissão a sua autoridade (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 45).

Naquele século a disseminação da ideia do governo francês, que ao notar a diminuição do número de crianças, fez uma campanha com as mães biológicas, que deixavam seus filhos aos cuidados de amas contratadas, período no qual muitos bebês faleciam, depois aos cuidados de governantas devotas e dedicadas, capazes de sacrificarem-se em prol de seus rebentos, até que as crianças fossem para os internatos. Nesse contexto, à mulher-mãe, protagonizou a maternagem, assim foi concedido “[...] poder e respeitabilidade, desde que não transcendesse o domínio doméstico” (COELHO, 2013, p. 1).

Assim, o movimento que defendia o crescimento da população infantil, ou seja, defendia a natalidade, teve seu auge na França com a *Alliance Nationale pour l'Accroissement de la Population Française*<sup>13</sup>, este movimento é tido como “o mais forte na classe política, como na cultura popular tradicional”, dentre as nações europeias, com intuito de inserir a maternidade como fato cultural, natural e indispensável (CARDOSO; AMORIM, 2011, p. 165).

<sup>13</sup> Tradução nossa: Aliança Nacional para o Aumento da População Francesa.

O discurso francês desembarcou, também, no Brasil. E em Terras Tupiniquins:

[...] o processo [...] teve sobre a mulher um efeito específico: sua redução à figura da ‘mãe higiênica’. [...]. Dessa forma, tanto aqui como na Europa, para a produção da ‘mãe higiênica’, foi fundamental o discurso higienista, no ataque tanto ao aleitamento mercenário (no Brasil realizado por escravas) como responsável pela mortalidade infantil, quanto à suposta deformação moral das crianças pelo cuidado e convivência com amas e laçaios negros. O comportamento comum na sociedade da época, de recusa ao aleitamento materno, foi codificado também no Brasil pelo discurso higiênico como uma infração às leis da natureza, o que permitiu não somente a culpabilização das infratoras, mas a instalação de um sentimento de anomalia (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 49).

Desse modo, aconteceu no Brasil uma adequação, auxiliada pelos higienistas, dos moldes das famílias burguesas europeias para que “servissem” nas famílias brasileiras.

Portanto, desde o século XVIII a naturalização da maternidade embasa-se no pressuposto de que toda e qualquer mulher, além de seu querer, deve ser mãe. Contudo, as modificações no pensamento comum da sociedade firmaram-se lentamente e somente nos últimos anos do século XVIII sua dispersão destacou-se mais alterando, também lentamente, o foco “[...] da autoridade paterna ao amor materno, pois a nova ordem econômica que passa a vigorar com a ascensão da burguesia enquanto classe social impunha como imperativo, entre outros, a sobrevivência das crianças” (MOURA; ARAÚJO, 2004, p.46).

A obrigação para que a mulher siga o roteiro normativo, imposto e preestabelecido pela sociedade, induz essa a acreditar que a catarse de sua existência é a maternidade, internalizando o dever de perpetuar o estereótipo de mãe como ser beirando à divindade, podendo gerar e enraizar, ainda e também, culpa e pressão na mulher-mãe quanto às suas imagens sociais e quanto à formação de vínculos com seus filhos e filhas.

Por conseguinte, pode-se compreender que está encrustado nas regras sociais, de forma geral e desde então, o ponto comum de que ser mãe é fator *sine qua non* à existência da mulher e que ao protagonizar esse papel, o de mãe, a mulher deve abster-se de boa parte de sua individualidade e personalidade em função da divinização da maternidade.

Desta forma, em decorrência do ideal francês espalhado pelo mundo:

[...] a mulher passou a assumir, além da função nutrícia, a de educadora e, muitas vezes, a de professora. À medida, [...], que as responsabilidades aumentaram, cresceu também a valorização do devotamento e do sacrifício feminino em prol dos filhos e da família, que [...] surgiram no discurso médico e filosófico como inerentes à natureza da mulher (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 47).

O obstinado discurso em prol da amamentação, função nutrícia, para além de salvar vidas de crianças, trazia em suas entrelinhas meio para gerir a vida das mulheres, pois o período de aleitamento durava, em média, dois anos, tempo em que a mulher ficava confinada em sua casa.

Discursos culturais, durante séculos, recrutaram mulheres a se identificarem com eles, tomando-os como verdades e constituindo suas identidades femininas. O processo de naturalização, estabelecido como algo construído nas bases da nossa sociedade, foi por muitos anos reforçados e repetidos pelas próprias mulheres, ao ponto de ser inquestionável. Desta forma, podemos perceber um padrão construído de forma tradicional e irrevogável do conceito de maternidade como identidade da mulher (COELHO, 2013, p. 2).

Foi assim que a naturalização da maternidade, e até sua pretensa divinização, foi absorvida pelas sociedades. Contudo, ao mesmo tempo em que as novas responsabilidades concederam à mulher um reconhecimento na sociedade e na família, impingiram a ela a obrigatoriedade de adequação a esse novo papel, em que estava e está tatuada a máxima do “amor materno” que deve, obrigatoriamente, ser imenso, incondicional, antevisto e natural. Pois, distanciar-se do modelo difundido e quase que unanimemente seguido poderia, e pode ainda, causar a ela sentimento de culpa e de não normalidade, já que esse distanciamento era e ainda é visto como contrário à natureza feminina.

No entanto, “esta ‘naturalização’ da maternidade, associada aos movimentos feministas nas últimas décadas, colocou em destaque o poder de escolha das mulheres, principalmente quanto à possibilidade de ser mãe ou não” (COELHO, 2013, p. 2), e estudos a respeito da maternidade apontaram o estabelecimento de um saber embasado nas práticas cotidianas das mulheres que são mães e “[...] pesquisas feministas sobre a maternidade deram maior visibilidade à afirmação das diferenças e da igualdade entre homens e mulheres, pois mostraram que ela é fenômeno situado entre o biológico e o social” (SCAVONE, 2004, p. 19).

Simone de Beauvoir, filósofa e escritora francesa, publica em 1949 o *Segundo Sexo*, obra contundente que provoca escândalo e adesões, cujas principais ideias fundamentaram e desencadearam as lutas feministas [...]. Podemos considerar que sua obra lançou as matrizes teóricas do feminismo contemporâneo ‘contestando todo determinismo biológico ou destino divino retoma a perspectiva hegeliana afirmando que ‘ser é tornar-se’’, resultando em sua célebre ideia ‘não se nasce mulher, mas torna-se mulher’ (SCAVONE, 2001, p.138).

A obra de Simone de Beauvoir com questões sobre aborto, anticonceptivos e liberdade sexual, publicada em um período em que o conservadorismo aclamava a defesa da família, da

moral e dos bons costumes, pode ser vista como “[...] marco da passagem do feminismo igualitarista para a fase do feminismo centrado na mulher-sujeito, dando os elementos necessários para a politização das questões privadas” (SCAVONE, 2004, p. 28).

Ato que recaiu também sobre a maternidade, que sempre esteve em destaque na história dos feminismos. A Primeira Onda do feminismo, na primeira metade do século XX, buscou na maternidade um meio para que a mulher penetrasse nas esferas públicas, requerendo direitos para mães e, conseqüente e conjuntamente, para as mulheres como um todo. As militantes da Primeira Onda pressionaram o Estado insistentemente para que fossem criadas leis em prol da maternidade e sua proteção.

Assim, o início da legislação em proteção à maternidade mesclou incitação e repressão; e destacou que a mulher, mesmo assumindo o papel materno, ainda mantinha particularidades e, assim, sublinhou a diversidade explicitando as peculiaridades de cada realidade como: “[...] mãe operária ou trabalhadora, dona de casa, mãe de muitos filhos ou não, mãe cujos filhos faleceram, mãe solteira, casada, divorciada ou viúva, mãe jovem ou em idade avançada etc.” (CARDOSO; AMORIM, 2011, p. 165).

Explicita-se, portanto, que na compreensão da proteção à maternidade está inserido o fator da maior inserção da mulher no mercado de trabalho. E a proteção da maternidade, por isso, dividiu os movimentos feministas:

As medidas de proteção da maternidade são, às vezes, ressentidas como um recuo, mesmo se a grande maioria do movimento feminista francês da primeira onda se declara a favor das licenças maternidade. Os efeitos perversos da proteção do trabalho das mulheres foram analisados, no que concerne à França de 1879 a 1919, [...] e apontam que a legislação protetora pode, de fato, ter como consequência marginalizar as mulheres da população ativa e encorajar sua exploração pelo viés do trabalho no domicílio (CARDOSO; AMORIM, 2011, p. 166).

Este aspecto, apontado por estudos sobre a realidade francesa entre os anos de 1879 a 1919, é recorrente e constante no passar dos anos e, atualmente, já no período da Quarta Onda do feminismo, pode-se observar que tal pensamento encontra-se vivo, globalizado e, aparentemente, ainda mais “feudal” que nas ondas anteriores. Esta afirmativa pode ser ratificada com a observação das mídias sociais que demonstram que parte das mulheres ainda discordam das leis de proteção à maternidade e apoiam o discurso machista, impetrado e arraigado no dia a dia das sociedades, em prol de trabalhos domiciliares para mulheres-mães.

Já a Segunda Onda do feminismo criticava negativamente a maternidade, pois acreditava que a maternidade fosse um grave empecilho para a emancipação da mulher:

[...] a crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina. [...] a maternidade foi, neste período do feminismo, o eixo central de explicação das desigualdades entre os sexos (SCAVONE, 2001, p. 138 e 139).

Dessa forma, aconteceu pela primeira vez a simultaneidade entre a contracepção, desejada pelas mulheres, e os interesses dos poderes dominantes. Esta coincidência foi impulsionada pela elevação da economia acontecida no período do pós-guerra, o que permitiu mais mulheres inseridas no mercado de trabalho. Contudo, “[...] impôs-se o discurso malthusiano<sup>14</sup> do controle de natalidade dos países periféricos por parte das elites dos países centrais, acrescido do argumento ecológico” (REIS, 2008, p. 15).

A evolução científica também colaborou para fortificar o desejo das mulheres e a vontade do Estado. A partir de 1960 inicia-se à produção, em larga escala, de anticoncepcionais; legaliza-se, em alguns países, o aborto e aprimoram-se as técnicas de esterilização, fatos que incentivaram, deram meios e suporte, de maneira impactante, para que a mulher escolhesse quando “ser” mãe e, ainda, de ser ou não ser mãe (REIS, 2008).

Juntamente com essas mudanças, e como não poderia deixar de acontecer, os pressupostos feministas estabeleceram rupturas gnosiológicas determinantes nas Ciências Sociais. Assim:

A negação do naturalismo e a afirmação do caráter inteiramente social da opressão das mulheres fazem parte hoje das aquisições teóricas [...] a tal ponto que poderia parecer banal lembrarmos hoje essas correlações, se não guardássemos na memória a hostilidade e a incompreensão que elas encontraram mesmo nos meios da pesquisa sociológica, nos quais a tentação naturalista, em se tratando dos sexos, foi e permanece viva (COMBES et al. apud SCAVONE, 2004, p. 30).

Apesar da permanência da “tentação naturalista”, os novos conhecimentos que surgiram causaram reações contrárias nos e aos discursos científicos que explanavam sobre as desigualdades sexuais embasados no determinismo biológico: “a oposição entre natureza e cultura foi um dos elementos constitutivos das teorias socioantropológicas não feministas que analisavam a situação social das mulheres” (SCAVONE, 2004, p. 30).

---

<sup>14</sup> Malthusianismo: teoria demográfica criada, em fins do século XVIII, pelo economista inglês Thomas Robert Malthus e que defende que o crescimento da população mundial acontece em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos em progressão aritmética.



Assim, relativamente há poucos anos, novas configurações parentais surgiram por conta do avanço das tecnologias conceptivas, que possibilitou a separação entre sexualidade e procriação. Entretanto, “[...] a maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado. Continua difícil questionar o amor materno, e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada a Maria, símbolo do indefectível amor oblato” (BADINTER, 1985, p. 9).

Não obstante à divinização, ainda contemporânea, da maternidade, aspectos expostos por estudos científicos alteraram, ainda não totalmente, até mesmo o entendimento comum de “mãe-biológica”, pois atualmente “um óvulo que recebeu material do citoplasma de outro óvulo e [...] gestado no útero de uma terceira mulher” (REIS, 2008, p. 15) pode dar origem a um novo ser humano. Por conseguinte, a maternidade, que era vista tão somente como um processo natural e inerente à mulher, passou a ser idealizada como uma escolha que estará ligada a uma série de fatores:

A opção das mulheres por não ter filhos é um fenômeno crescente nas sociedades ocidentais. Contudo, cabe destacar que essa realidade não é vivida de forma universal por todas as mulheres. A escolha pela não-maternidade tem relação direta com o contexto histórico, econômico, social e cultural em que a mulher está inserida (PATIAS e BAUES apud COELHO, 2013, p. 2).

Portanto, as novas leituras sociais, somadas aos constantes avanços tecnológicos, têm como consequência a pluralidade na composição de núcleos familiares e permitem uma maior desconstrução da maternidade que vigora há séculos e está calcada no naturalismo genético.

A desconstrução da maternidade e os movimentos feministas entrelaçam-se e são permeadas por variadas influências filosóficas e sociológicas. Quem sabe por isso, na análise da desconstrução da maternidade, pode haver discursos que aparentam oposição entre si, mas que mantêm um lugar comum; o leque de possibilidades. Pois, enquanto prática social, a maternidade carrega aspectos como contradições, constâncias e alterações. Assim:

A recusa ou aceitação da maternidade pode acontecer, ao mesmo tempo, em espaços e posições sociais diferenciadas e não estão, necessariamente, [...]. Apesar da crítica feminista ter partido da constatação da diferença biológica entre os sexos, considerando-a um defeito, ela acaba mostrando que a dominação de um sexo sobre o outro só pode ser explicada social e não biologicamente (SCAVONE, 2001, p. 141).

Dessa forma, o juízo crítico de verdades nos quais se embasa pensamentos e ações diárias sugere o entendimento de que essas ações e pensamentos estão historicamente localizados e, por isso, os critérios de verdade não são “[...] uma realidade já dada. Assim,

concebe-se a noção de ‘naturalização da maternidade’ como uma prática discursiva institucionalizada por meio de processos de habituação ao longo do tempo” (COELHO, 2013, p. 3) e essa naturalização é tão arraigada no subconsciente coletivo que mesmo as que negam a maternidade podem utilizar argumentos que, comumente, tornam-se também naturalizantes, implicando que a ideia da maternidade como ação natural da mulher é um consenso internalizado mesmo por aquelas que não querem a maternidade e também, por gêneros que, atualmente, podem se ocupar da maternagem.

### 3.2 A imagem da Maternidade

É inquestionável que mulheres sempre estiveram presentes na história da humanidade protagonizando, dentre outros, o papel de mãe e que este papel sempre esteve moldado conforme as circunstâncias históricas de cada época. Por isso, ao se abordar a imagem da maternidade faz-se preciso compreender como ela foi vista durante toda a História. Já que:

A produção da subjetividade é tomada [...] como um processo que determina ‘a maneira de os indivíduos perceberem o mundo e apreenderem sistemas de valores e sistemas de submissão’ [...], que modela, portanto, seus comportamentos, sua percepção, sua memória, sua sensibilidade e a forma como se relacionam. Parte-se, pois, da ideia de que, historicamente, o valor dado ao relacionamento mãe-criança nem sempre foi o mesmo, sendo que as variações que as concepções e práticas relacionadas à maternagem apresentam são produzidas por uma série de agenciamentos sociais [...] (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 44 e 45).

Pois, as compreensões sobre a maternidade, incluindo nascimentos de crianças, a fecundação e os cuidados com bebês e mães, bem como o roteiro e os atores que podem desempenhar o papel de mãe, mudaram muito e continuamente desde o início da história humana até o século XXI. E as demandas sociais e econômicas foram e são os principais aspectos impulsionadores das alterações na visão sobre a mulher, a mulher-mãe e seus direitos, deveres e, conseqüentemente, da atuação dessas personagens na sociedade.

É público e notório que o “valor econômico” de verdades socialmente compartilhadas, seja no círculo público ou no privado, sempre se transforma constantemente, seguindo os desígnios da economia mundial. Assim, parece razoável notar que não há como, sequer, supor que fenômenos como maternidade, a vida da mulher, a família e tudo o mais que envolve a perpetuação da espécie humana, sempre foram encarados da forma como o são hodiernamente; o conceito de família que impera na atualidade é uma construção sociocultural construída e

modificada em acordo com os contextos históricos.

Para exemplificar as alterações na imagem da maternidade, ocorrida durante os séculos, atentar-se-á, aqui, às formas como o nascimento foi tratado. Há registros de estudiosos que apontam que as práticas executadas durante um parto, no antigo Egito, na Roma e na Grécia antigas, se assemelhavam. Basicamente as parturientes tinham ajuda de parteiras que se empenhavam a receber a criança, a apoiar a parturiente e a evocar a ajuda de deusas, privilegiando o divino, fato que contribuía positiva e psicologicamente com a mãe durante o parto.

Pode-se notar que o divino já estava ligado ao fato da procriação, contudo, o cuidado com os rebentos não era responsabilidade das mães, ao menos nas classes abastadas. Os filhos eram deixados aos cuidados de amas, desde bebês até a idade em que já eram tratados como adultos em miniatura, por volta dos 6 anos de idade.

O costume sociocultural e econômico de deixar as crianças aos cuidados de amas estava perpetuado nas urbes europeias, entre os séculos XVI e XVIII. Deve-se destacar que, nesse período, os recém-nascidos eram enviados para o campo após poucos dias de vida e lá eram tratados por amas-de-leite contratadas pelos pais da criança.

Há quem pense que as mães urbanas que enviaram seus bebês para o campo deram com isso uma prova cabal de seu amor materno. Convencidas das vantagens do ar do campo e da nocividade da urbe, elas teriam sacrificado o seu desejo de maternagem à saúde da criança. Assim interpretada, a entrega do filho a uma ama-de-leite para ser criado deixa de ser sinal de desinteresse pela criança afastada, tornando-se ao contrário, a ilustração suprema do mais puro altruísmo. O amor materno está salvo. Dir-se-á mesmo que sai engrandecido. Esse sentimento não conhece, portanto, eclipses e nada mais permite colocar em dúvida o instinto do mesmo nome (BADINTER, 1985, p. 12).

Apesar disso, essa ideia de altruísmo supremo contido impositivamente na maternidade pode ser contradita. Ou seja, naquela época a imagem da maternidade estabelecida era a de que o ato de ser mãe não deveria sobrepujar os deveres sociais da aristocracia, sendo, portanto, um papel secundário do feminino. E como a dedicação aos cuidados exigidos pelo recém-nascido não permitia tempo para que a mulher dividisse as tarefas da vida conjugal burguesa com o marido, os filhos e filhas eram mandados para o campo e regressavam ao convívio familiar de suas famílias biológicas por volta dos cinco anos de idade ou mais. Essa prática comum, contudo, causava a morte, devido à negligência das amas e às más condições de vida no campo, de mais de 50% das crianças enviadas (BADINTER, 1985).

Pode-se sugerir, portanto, que a figura materna não era composta dos adjetivos que a

acompanham contemporaneamente. Pois, ao se contrapor o ideário de mãe atual ao daquela época deve-se considerar que, enquanto retrato de costumes socioculturais, a maioria das mulheres urbanas, de todas as classes sociais, continuou a prática de amas de aluguel por dois séculos, mesmo com consciência do alto índice de morte de infantes (BADINTER, 1985).

Devido ao elevado número de mortes infantis o governo francês, preocupado com a diminuição no número de cidadãos que essas mortes poderiam causar a médio e longo prazo, empreendeu uma ação com objetivo de alterar o estado da maternagem. Para tanto, deu início a uma campanha que retratava o “amor materno” e seus cuidados com os filhos como naturais e inalienáveis da natureza feminina.

Desta forma, sugere-se concluir que a imagem da maternidade nunca foi estática, e nem o será. A imagem da maternidade é produto dos pressupostos socioculturais de cada período da história da humanidade, com forte nuance econômica. Portanto, a maternidade, bem como seu “instinto” e imagem, não foi ou é uma unanimidade estática, ao contrário disto, é um produto histórico-social maleável (BADINTER, 1985).

Do Renascimento em diante, generalizando, com um maior desenvolvimento das urbes, a concepção de vida e de mundo que até então era comum começou a mudar e no final do século XVIII o momento do nascimento da criança, que até então era em um cenário exclusivamente feminino, foi invadido pelo homem. Isso porque médicos passaram a deter a responsabilidade pelos partos e as parteiras passaram a ser submissas aos médicos. A medicalização do parto diminuiu o índice de morbimortalidade dos recém-nascidos e das mulheres parturientes.

Assim, se até os séculos XVIII e XIX à mulher era dado um papel inferior na sociedade ao mesmo tempo em que era marginalizada, com a Reforma Higienista sua obrigação passou a ser cuidar dos infantes, que começaram a receber a ideia de “futuro da pátria”.

A Reforma Higienista foi uma ação conjunta de médicos e do Estado numa tentativa de preparar cidadãos com maior capacidade de produção como garantia do progresso do país e de civilizar as cidades. Foi nesse período que recaiu sobre a mulher o reconhecimento de “formadora de homens” e, com isto, aconteceram as publicações que ensinavam, normatizavam, como ser boa mãe e esposa, incentivando a educação das mulheres para que atendessem e se subjugassem, mais uma vez, aos anseios de um Estado prioritariamente masculino.

Ao serem analisadas as imagens da maternidade no decorrer da história da civilização ocidental conclui-se que ela nunca foi fixa, assim como o modelo de família. A mãe divinizada que está incrustada no subconsciente da civilização ocidental alicerça-se em um amor incondicional e altruísta da mãe por seus filhos e filhas, mas:

O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constata-se que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam (BADINTER, 1985, p.21).

Assim, nota-se que o grupo familiar amoroso, que conta com privacidade e intimidade também é uma construção de governos em conjunto com especialistas. A privatização da vida familiar e a implantação da mudança da imagem da maternidade, incluindo todos os seus tentáculos, partiu do século XVIII/XI. Como exemplo dessa mudança, patrocinada pelo Estado, pode-se citar a transformação arquitetônica: as casas receberam mais paredes a partir do final do século XVIII, o que possibilitou que cada um dos membros de um núcleo familiar conquistasse mais privacidade em sua casa.

Daí em diante, a “mãe ideal”, idealizada prioritariamente pelo Estado, se fez como imagem indissociável da mulher. Mas, as adequações às novas constituições sociais não param e:

Neste ponto, a reflexão feminista muito contribuiu para a compreensão do fenômeno social da maternidade dentro ou fora da família, ultrapassando – mediante a utilização do conceito de gênero – as interpretações sociológicas que, a partir das décadas de 1960 e 1970, buscavam a origem das diferenças sociais entre os sexos na linha bio-determinista (SCAVONE, 2001, p. 142).

Portanto, de uma breve análise imagética e historiográfica dos marcos históricos e políticas que envolveram e envolvem mulheres e a maternidade pode-se afirmar que, apesar dos irrefutáveis avanços ocorridos com os princípios incorporados pelas leis de proteção à mulher-mãe e à mulher, o desafio dos benefícios, deveres e direitos prescritos nas normativas a todas as envolvidas ainda não é uma realidade em sua totalidade.

Além disso, apesar das novas configurações de gênero e de maternidade ainda não estarem inclusas nas leis brasileiras e de radicais opositores a novos modelos familiares e diferentes imagens de maternidade, esses são uma realidade:

[...] certas mulheres foram igualadas ao homem em relação ao processo procriativo, com a externalização da fecundação: podem obter uma criança sem gestá-la. A filiação é a elas atribuída [...] com base na transmissão do material genético. Num estado da tecnologia que ainda não conseguiu úteros artificiais, o problema foi contornado pela ‘alternativa sub-rogada’. [...]. Dizer que continua a funcionar os sistemas socialmente construídos de parentesco não responde completamente à questão das identidades que vão sendo atribuídas às mulheres (REIS, 2008, p. 134).

Dessa forma, na imagem da maternidade, apesar de muito já ter sido modificada com a incorporação de novas realidades de maternagem, de concepção, e com a ideia de "natureza feminina" estar a cada dia mais frágil, ainda é visível e irrefutável a majoritariedade da imagem da mãe divinizada no inconsciente coletivo ocidental.

Apesar disto, há que se aludir ao fato de que a realidade está cada dia mais distante dessa imagem de divindade materna. As novas configurações de família e gênero, que são facilmente verificáveis no cotidiano, traçaram novos focos à imagem da maternidade. Não se pode deixar de ressaltar que todas as mudanças ocorridas nessa imagem, que podem hoje ser observadas, tiveram seu início no Movimento Feminista, nas mudanças que o feminismo processou em sua realidade e, por isso, é possível ousar dizer que as mulheres, com suas lutas e movimentos feministas, são protagonistas de vanguarda quanto às possibilidades, não só de maternidade ou imagem desta, mas de gênero, de construção e desconstrução, de redescrições etc.. E parte da pluralidade de imagens que retratam a maternidade e a maternagem estão em *Tudo Sobre Minha Mãe*, filme de Pedro Almodóvar; foco do quarto e último capítulo desta dissertação.

## CAPÍTULO IV

### O FILME *TUDO SOBRE MINHA MÃE*, DE PEDRO ALMODÓVAR

O filme *Tudo sobre minha mãe*, do diretor Pedro Almodóvar, lançado em 1999, foi ganhador de vários prêmios: Oscar de melhor filme em língua estrangeira (2000); Globo de Ouro de melhor filme estrangeiro (2000); Palma de Ouro de melhor diretor (1999), Festival de Cannes; melhor filme estrangeiro do Prêmio César (2000) e do Grande Prêmio Cinema Brasil (2000); venceu sete prêmios no Prêmio Goya: de melhor filme, melhor direção e melhor atriz (Cecilia Roth), melhor trilha sonora, melhor direção de produção, melhor montagem e melhor som; dentre outros.

O premiado filme de Pedro Almodóvar retrata com sensibilidade partes do universo feminino, bem como peculiaridades dessas partes, com enfoque na pluralidade que a maternagem pode conter, assim como os diversos gêneros que podem, nela, estarem contidos.

*Todo sobre mi madre* é a história de atrizes que vivem um longo e duplo papel no palco e na vida real. Simulam e dissimulam para viver e sobreviver. Obviamente Almodóvar não moraliza a questão, optando por trazer o esclarecimento à baila através do travesti Agrado, ‘uma mulher autêntica’. O que importa não é o pau, mas o modo (OLIVEIRA, 20[- -]).

Assim, com possibilidades de provocar sensações díspares, *Tudo sobre minha mãe* retrata mulheres que não dependem de homens, são plenas com seus “modos” transgressores de valores sociais que permeiam gênero, maternidade, casamento e família. O filme traz, por meio da desconstrução, a quebra de paradigmas com seriedade de temas ainda polêmicos como, por exemplo, maternidade. Em *Tudo sobre minha mãe*, Pedro Almodóvar mostra uma história peculiar que tem como foco principal a mulher e os papéis maternos, o que envolve família, segredos e, obviamente, gênero.

Na história de *Tudo sobre minha mãe*, Esteban – personagem interpretado por Eloy Azorin – é um adolescente de 17 anos que mora em Madri com sua mãe, Manuela (Cecilia Roth). Esteban pede que sua mãe, em seu aniversário, leve-o ao teatro para assistir *Um bonde chamado desejo*, peça protagonizada pela atriz Huma Rojo (Marisa Paredes), a qual Esteban decide esperar ao final da peça, para pedir um autógrafo à atriz. Contudo, Huma entra em um táxi e o garoto corre atrás do carro em que a atriz estava e, sobre a forte chuva que caía, Esteban é atropelado e morre no hospital.

Após a morte do filho, Manuela resolve encontrar o pai de seu filho, pois conhecer o

pai era um grande desejo de Esteban e Manuela, mãe de Esteban, nunca havia contado ao filho nada concreto e completo sobre ele, Manuela decide voltar a Barcelona, cidade de onde fugiu anos atrás, para encontrar o pai de Esteban, a travesti Lola (Toni Cantó), e lhe dar a notícia do nascimento e do falecimento de seu filho.

Manuela, ao chegar à Barcelona, vai à procura e encontra Agrado (Antonia San Juan), uma travesti que morava com Lola, até que esta lhe roubou e fugiu. Agrado e Manuela compartilham de uma longa amizade. Assim, sem conseguir encontrar Lola, Manuela fica em Barcelona e consegue um emprego na companhia de teatro de Huma Rojo.

Agrado apresenta Manuela para Hermana Rosa (Penélope Cruz), que é uma assistente social engajada em fazer o bem aos necessitados. Rosa conta à Manuela que está no terceiro mês de gravidez, que o filho é de Lola e, além disto, é soropositiva, contaminada por Lola. Manuela, então, após conflitos internos e externos, como exemplo pode-se citar Rose – a mãe de Rosa –, decide receber Rosa em sua casa para cuidar dela durante a gestação, que era de risco.

Em meio aos acontecimentos relatados no filme, reconhece-se que o diretor Almodóvar amarrou todas as pontas da história com maestria e fez de *Tudo sobre minha mãe* um filme singular, que pode surpreender quem o assiste e que pode ensejar questionamentos sobre questões de gênero, do feminino na sociedade e, obviamente, na maternidade.

#### **4.1 A (Des) Construção do Feminino e Masculino**

Ao se apoderar da multiplicidade contida no conceito de gênero, pode-se concordar que para que haja isonomia entre os indivíduos, independente do gênero, parece ser preciso haver interesse:

[...] pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, da mesma forma que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos, dos grupos de gêneros no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la (SCOTT, 1995, p. 72).

Sendo assim, parece correto afirmar que a concepção de gênero foi tomando um sentido



embasado nas relações sociais entre os indivíduos; concepção esta que atualmente “viraliza”<sup>15</sup> no meio midiático demonstrando tanto a aceitação quanto o descontentamento sobre as questões de gênero, mais especificamente o descontentamento com a desconstrução da relação entre os gêneros e sua conseqüente pluralização.

A despeito dos possíveis descontentamentos, a ação de desconstruir é parte intrínseca do conhecimento e, sendo isto posto:

[...] é importante esclarecer que, embora a desconstrução seja uma estratégia para produzir conhecimento, ou seja, implique certa leitura [...] por meio de um duplo gesto desconstrutor que consiste em inverter e deslocar as oposições binárias, não se trata de uma possibilidade ou não de ocorrência dos deslizamentos, da indecidibilidade ou do devir dos sentidos. A desconstrução [...] ‘tem lugar’, ou seja, ela acontece, opera continuamente, prescindindo de um desejo ou intencionalidade [...] (LANGARO; SOUZA, 2012, p. 700).

Este é um fator que extrapola qualquer dicotomia causada pela desconstrução dos papéis dos sexos e de toda e qualquer desconstrução, pois há a inevitável constância da prática da inversão das hierarquias, que foram construídas pela tradição filosófica, cultural e histórica ocidental. “Por essa escrita dupla, estratificada, deslocada e deslocante, há um primeiro movimento de inversão que coloca na posição inferior aquilo que estava na posição superior” (LANGARO; SOUZA, 2012, p. 697).

A proposta de tal inversão deve possibilitar a percepção de que nenhum sujeito é inferior ou decorrente, é fazer saber que compreender “o outro” é caminho para a compreensão de si, pois a desconstrução suscita reflexões que podem subverter os discursos construídos e instaurados por muitos anos na sociedade, já que:

Desconstruir uma oposição é mostrar que ela não é natural e nem inevitável, mas uma construção produzida por discursos que se apoiam nela, e mostrar que ela é uma construção num trabalho de desconstrução que busca dismantelá-la e reinscrevê-la - isto é, não destruí-la, mas dar-lhe uma estrutura e funcionamento diferentes (CULLER, 1999, p.122).

O Movimento Feminista se apropria da categoria da desconstrução para explicar as condições da mulher e, com isto, “reinventar” o lugar socialmente internalizado pelo senso comum e, assim, delimitado para o feminino. Este objetivo do Movimento Feminista se dá em uma constante busca por equiparar direitos e, conseqüentemente, deveres entre os gêneros.

E apesar da longa e árdua luta do Movimento Feminista para conquistar a igualdade de

---

<sup>15</sup> Termo (neologismo ou gíria) utilizado quando vídeos, opiniões, textos etc., são amplamente vinculados por usuários de redes sociais.

direitos da mulher, as diferenças alicerçadas na questão de gênero ainda persiste em se impor hodiernamente. Pode-se afirmar que discutir incansavelmente o dualismo da relação entre o feminino e o masculino é o meio para o qual, quem sabe, haja uma recíproca subordinação igualdade entre os gêneros, já que na “[...] estratégia da desconstrução, após a inversão das posições, é necessário então realizar um deslocamento como movimento que possibilita a emergência de um conceito que não se deixa mais compreender no regime anterior” (LANGARO; SOUZA, 2012, p. 697).

Isto porque o ser humano é dotado de liberdade e razão em sua igualdade essencial, independentemente das diferenças como sexo, etnia, costumes sociais ou religião e, ainda, passa a ter sua individualidade cada vez mais reconhecida por meio da desconstrução e redescrição da restrição binária dos gêneros. Visto que, “as identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o sujeito moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2002, p. 7).

Portanto, para compreender as mudanças, as desconstruções e construções da relação entre os gêneros faz-se necessário relacioná-las à história, como apresentado anteriormente neste capítulo. A necessidade de se conhecer a história do feminino e, conseqüentemente, do Movimento Feminista, faz-se necessário porque as mudanças comportamentais e culturais não ocorrem repentinamente em uma sociedade, ao contrário disto, são e foram edificadas ao longo dos anos, produtos não somente de pesquisas acadêmicas, mas principalmente das lutas contra a opressão instaurada pelo poder e pelo senso comum.

Assim, as conquistas das mulheres em relação aos seus direitos ocorreram, como não poderia deixar de ser, conforme suas necessidades e da evolução de seus pensamentos no decorrer dos anos. As ideias defendidas pelo Movimento Feminista ganharam importância ao longo da história, tendo em vista que seus pressupostos e princípios têm como finalidade a desconstrução de hipérboles, desconstrução, esta, que se ancora na observância e proteção da mulher e que atinge as sociedades e todo e qualquer gênero em abrangência global.

Porém, deve-se salientar que sem que ocorra uma mudança cultural as leis e diretrizes postuladas e acordadas surtiram pouco efeito no dia a dia de qualquer sociedade. Já que os possíveis novos conceitos, oriundos da inversão de posições inerente ao ato contínuo da desconstrução, derivam da dignidade e valor próprios à pessoa humana, os quais são universais, igualitários e inalienáveis.

As relações de gênero, como categoria histórica analítica, oferece reflexões e explicitações sobre as práticas culturais e sociais que condiciona as formações

identitárias dos sujeitos, no caso de ser homem e ser mulher. De tal modo, que ser homem ou mulher não é definido pelo sexo biológico de cada um/a, mas a partir de relações sociais e culturais que determinam lugares, deveres e direitos distintos conforme a identidade de gênero atribuída (COSTA, SILVERA, MADEIRA, 2012, p. 226).

Significa que, independente de sexo, gênero, raça, cor, religião, classe social ou outro aspecto qualquer, todo ser humano é credor de respeito e igualdade de direitos e o reconhecimento desta amplitude e imparcialidade caminha lado a lado com os costumes, com a cultura de um povo, que acompanha, por sua vez e reciprocamente, a contínua metamorfose da personalidade humana, pois:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, [...], de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2002, p. 13).

Essa constante desconstrução e reconstrução de si mesmo é fator inegável de todo e qualquer ser humano, seja em maior ou menor grau; e por ser a desconstrução qualidade intrínseca do feminino e do masculino, por ser uma prática constante, sua problematização deve ser para que novas condutas e olhares se estabeleçam como princípios, o estabelecimento de condutas éticas e igualitárias encontra na mídia seu maior veículo e nas artes sua representação.

Portanto, parece certo afirmar que toda mudança cultural, toda desconstrução, encontra um caminho para ser acessada por boa parte da população por meio das artes. Neste contexto, a Sétima Arte pode ser tida como um arquivo, uma guardadora, dos sentimentos humanos, além de ser memória, expressão cultural e instrumento político e pedagógico. Todas essas qualidades, que estão inseridas no cinema, possibilitam que ele possa agir como meio para impulsionar a mobilização crítica de consciências ajudando, com isto, numa maior percepção de mundos distintos entre si, mas interligados.

Ao partir-se deste pressuposto, obras cinematográficas podem apresentar discursos que tanto reiterem ou desconstruam paradigmas. Assim, “as relações de gênero são fundamentais na produção cinematográfica e uma das perspectivas de análise mais fecunda da interação entre cinema e história” (GONÇALVES, 2008, p. 1), pois na vasta produção fílmica mundial, pode-se assistir sobre relações de gênero sob a perspectiva de inúmeras gama de olhares, de

compreensões e incompreensões; do tradicionalismo ao modernismo; da “receita pronta” ao fantástico etc.

Este grande leque de possibilidades de aludir aos embates sociais está presente na Sétima Arte. Pois, o cinema pode e tem o poder de abordar temas de universos particulares e amplos, no sentido de inspirar sobre aspectos que são, generalizando, inerentes aos humanos; e a abordagem de espectros da humanidade que se dá ao mesmo tempo ou não. Quem sabe seja por isso que:

[...] diversas formas de representação no cinema são emblemáticas desses embates. Trazem suas representações, o olhar daqueles que o manipulam com toda a gama de suas trajetórias e subjetividades. Apresentam-se como objetivação das variadas subjetividades emergentes na modernidade, associadas às da tradição, configurando-se como a materialização das pulsões, da libido, das internalizações das normas, mas, sobretudo, da acirrada luta contra a normatização, do dito patológico, do tido como racional e do encarado como normal (GONÇALVES, 2008, p. 3).

A luta contra a normatização pode ser lida como uma possibilidade de inversão para quem observa uma obra filmica, um meio para possibilitar novos olhares sobre o que parecia ser, até então, imutável.

O artifício do cinema de propor problematizações é campo profícuo para gerar tempestades de pensamentos que, por sua vez, podem provocar alterações na forma de encarar algo ou alguma coisa, como a sexualidade, por exemplo. Pois:

[...] a sexualidade humana assume formas diferentes e que não devemos presumir que o fato de sabermos o gênero de uma pessoa nos dá qualquer pista sobre sua orientação sexual. Um homem masculino pode ser heterossexual ou gay, e o mesmo raciocínio se aplica a uma mulher masculina (BUTLER, 2017).

Sugere-se que o porquê desta afirmação está no fato de que as identidades não são definidas biologicamente, mas sim historicamente, por isso é que as personalidades são formadas e transformadas ininterruptamente em relação às formas pelas quais o sujeito é representado nos sistemas culturais (HALL, 2002).

Consequentemente, cabe afirmar que as identidades sociais das mulheres e dos homens podem ser ratificadas e retificadas por meio, também, dos meios de comunicação e o cinema, enquanto difusor de visões, ideias, ideologias, princípios e afins, exerce o poder de consolidar identidades.

Neste sentido, inúmeras obras filmicas utilizaram e utilizam um discurso verbal e

imagético de caráter patriarcal, que deprecia a mulher por artifícios tradicionais desse caráter; isso se dá, quem sabe, por influência direta do poder masculino que controla a indústria cinematográfica, generalizando, e deposita sobre o feminino um olhar que o relega à marginalidade. Mas há quebras nessa forma de representação do feminino no cinema, pois há filmes que descrevem a mulher com um olhar menos preconceituoso que vilipendia o lugar comum de servidão e submissão imposta ao feminino, há séculos, pelo patriarcalismo.

Assim, comumente o modo como o feminino é retratado na Sétima Arte carrega elementos que se embasam nas construções culturais que definem o que se adequa ao homem e à mulher. Sugere-se que isto se dê a imbricação histórica e existencial dos gêneros:

Qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (SCOTT, 1995, p. 75).

O termo “gênero” pode ser visto como categoria útil por possibilitar uma forma de discernir o sexo biológico dos ajustamentos sexuais arrolados à mulher e ao homem, respectivamente. A utilização do termo se relaciona com sua inserção em um sistema de arremetida entre diferenças que norteia para a especificidade suplementar do termo.

O cinema, por ser um meio no qual as identidades de mulheres e homens são representadas, construídas, desconstruídas, reconstruídas, exorcizadas, adoradas etc, pode utilizar livremente este termo, pois “tendo em vista que não há origem e, portanto, um centro em que emanariam os sentidos, é então pela falta desse centro que o jogo de substituições é tornado possível” (LANGARO; SOUZA, 2012, p. 704).

Dessa forma, a representação da (des)construção do masculino e feminino, interligados e interagindo mutuamente, e novas visões sobre seus “papéis” podem ser encontradas em várias obras fílmicas que têm em si representações de identidades culturais reais e que as apresentam como verdadeiras, dando espaço para a ruptura com o sistema tradicional e um excelente exemplo disto está no filme “Tudo sobre minha mãe”.

Pedro Almodóvar, em “Tudo sobre minha mãe”, questiona o masculino, o feminino e a maternidade por meio de subjetividades e identidades estabelecidas à margem do sexual socialmente aceito. O discurso utilizado por Pedro Almodóvar, em “Tudo sobre minha mãe”, visibiliza a ilusão normativa da coerência heterossexual ao retratar uma família que não

preenche o espaço estreito dos modelos tradicionais ancorados na heterossexualidade. Assim, o enredo desse filme lança mão da desconstrução e todo:

[...] gesto desconstrutor escancara [...] que, por maior força que os binarismos e as hierarquias coloquem na tentativa de barrar práticas de liberdade, não há possibilidade de recobrimento dos sujeitos e de suas experiências. Os vazamentos, os escapes acontecem e, assim como a desconstrução, têm lugar (LANGARO; SOUZA, 2012, p. 711).

Dessa maneira as personagens vão se construir, se desconstruindo e se reconstruindo no transcorrer dos processos e relações mútuas e sociais, que explicita as complexas desconstruções tanto da feminilidade quanto da masculinidade, e coloca em risco a hegemonia do normativo social que serve como meio de poder e diferenciação.

Normativo, este, que direciona as relações de gênero institucionalizadas com imposições do que é certo e ou errado para mulheres e homens, sem contudo, levar em conta que o gênero é uma forma de se referir às origens sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres, já que:

Nossas ideias de masculino e feminino variam de acordo com a cultura, e esses termos não possuem significados fixos. Eles são dimensões culturais de nossas vidas que assumem formas diferentes e renovadas no decorrer da história e, como atores históricos, nós temos alguma liberdade para determinar esses significados (BUTLER, 2017).

No filme “Tudo sobre minha mãe”, Pedro Almodóvar rompe essa cultura normativa, comum, corriqueira e superficial da definição da identidade entre feminino e masculino, ou seja, de identidade de gênero e, obviamente, de papéis pré-estabelecidos social e restritamente para cada gênero.

Com a (des)construção do feminino e do masculino, o diretor abre espaço para que se reconheça a transgressão na representação do papel da maternidade e, a reboque, da paternidade e das chamadas famílias tradicionalmente construídas e aceitas. A desconstrução em *Tudo sobre minha mãe* é facilmente reconhecível nas personagens; Manuela é mãe solteira, Rosa é, além de mãe solteira, uma freira, estas personagens detratam a quebra do padrão de mãe, a mãe “perfeita”, altruísta, que foi forjada e vendida como conceito irrefutável durante anos, pelo Estado e pelos meios midiáticos e imagéticos, ao ponto de ser absorvida culturalmente.

Ao defrontar com a narrativa, quem assiste ao filme “Tudo sobre minha mãe” percebe a realidade diáfora de suas personagens, Almodóvar abre espaço para que se questione sobre o

que é a normalidade quando o objeto é a relação entre sexos e entre gêneros e a maternidade, possibilitando uma desconstrução de padrões arraigados culturalmente nos indivíduos.

#### **4.2 A Imagem Transgressora da Maternidade: A Construção e a Desconstrução nas Experiências das Personagens de *Tudo Sobre Minha Mãe***

A maternidade foi, durante séculos, classificada e fixada como um fato puramente biológico, “[...] nos limites do domínio privado e emocional. Os discursos religiosos, médicos e psicológicos que descreviam e, sobretudo, prescreviam esses papéis foram bastante danosos” (STEVENS, 2005, p. 1).

Assim foi perpetuada, no subconsciente coletivo das sociedades, que a responsabilidade, quase exclusiva, pelos filhos é da mulher, mesmo antes da concepção dos mesmos. Meyer (2005, p. 83), para ratificar este pensamento, faz uso das palavras de Aminatta Forna:

Espera-se que a futura mãe se abstenha de café, chá, álcool, fumo (inclusive passivo), determinados tipos de alimentos industrializados, estresse, excesso de exercícios [...]. Durante a gravidez, o desenvolvimento do bebê e todos os aspectos do comportamento dela são minuciosamente monitorados pelos serviços de saúde. [...]. Para o melhor e para o pior, hoje, as responsabilidades da mãe dobraram: a estabilidade emocional e o desenvolvimento cognitivo e psicológico dos filhos também estão a seu encargo. [...]. As mães são bombardeadas com mais informações do que conseguem absorver e o conselho é sempre apresentado como o ‘melhor para o seu bebê’, porém envolve vários outros interesses [ou problemas] sociais, políticos e culturais (FORNA, 1999, p. 15).

Deste modo, rompendo a forma restrita, emoldurada e utópica em que a sociedade manteve a maternidade, a estratégia desconstrucionista do feminismo interferiu e interfere política e diretamente na desconstrução da maternidade. O filme do diretor Pedro Almodóvar, *Tudo sobre minha mãe*, por sua vez, explicita a quebra do pensamento comum e “natural”. Pensamento, este, que pode ter como representação a escultura *Pietà* (Michelangelo), de que mães são e devem ser sempre abnegadas e, principalmente, de que a abnegação é situação *sine que non* da mulher, com referência às suas crias.

Assim, na obra fílmica em questão é facilmente observável a construção e desconstrução da maternidade, principalmente com a personagem Manuela:

[...] uma mãe solteira que apresenta modos de ser que fazem menção à ‘mãe dedicada’ que projeta seus desejos narcísicos em três personagens dos quais torna-se mãe direta ou indiretamente. A repetição aparece na trajetória de suas maternidades mostradas

no enredo do filme que demonstram o conceito de *acting out*<sup>16</sup> em vivências de melancolia e luto (MENEZES et al., 2007, p. 2).

Manuela, personagem interpretada por Cecília Roth, mora em Madri e é uma mãe que cria seu filho sem nenhuma ajuda de uma figura paterna e apresenta a representação do ideário cultural de "mãe dedicada".

A personagem é enfermeira e representa uma mãe bastante devotada ao filho. Já no início do filme, na segunda cena, Manuela explicita essa devoção ao dizer, em um diálogo com Esteban, que já foi capaz de fazer muita coisa por ele.

Manuela assume ainda, no decorrer do drama, o papel de mãe, direta ou indiretamente, de mais três personagens. Pode-se sugerir que Manuela tenha encontrado na maternidade um meio para o "sentido da vida".

A maternidade, a todo instante, aconteceu para Manuela, aparecendo repetidamente em todas as novas relações e em muitas ações estabelecidas pela personagem. Assim, a história de Manuela configura-se em torno da maternidade e da repetição e dá lugar, em diferentes escalas, ao postulado social que posiciona as mães em posição quase que santificada.

Ao mesmo tempo em que a personagem Manuela representa o ideal da mãe que abnega a si em prol de sua cria, demonstra parcelas de desconstrução ao reagir naturalmente a fatos não tão corriqueiros no rol constituinte da maternidade, que ainda vigora em maior percentagem nas sociedades ocidentais.

Pois, esta personagem tem empatia pelo diferente, fato explicitado pela afeição existente em sua relação com Agrado, Rosa e Huma, personagens mais próximas de Manuela, mas ainda demonstrada quanto à Rose e pela atriz Nina, personagens mais distantes.

A relação entre as personagens Huma e Nina (Candela Peña) também pode representar uma desconstrução da maternidade ou um viés de maternagem:

As personagens Huma e Nina representam atrizes que mantêm um relacionamento amoroso homossexual e repleto de conflitos. Apesar de saber que Nina não é muito confiável por ser drogadicta, atribuí-lhe muitos cuidados: é ela quem dirige e secretaria Huma. Os cuidados que Huma aloca à Nina são mais próximos aos da maternidade (MENEZES et al., 2007, p. 9).

Na relação entre as atrizes, com Huma pendendo para o papel de uma mãe com variadas possibilidades de modo, Nina, por sua vez, age como a adolescente que afronta a mãe.

---

<sup>16</sup> Designa as ações que apresentam carácter impulsivo e menos racional. Pode ser uma ação que marca a surgimento do recalçado e deverá ser acolhido e compreendido na sua ligação à transferência; termo habitualmente utilizado em psicanálise.



Huma decide contratar Manuela e esta passa então a ajudar na realização da peça. No decorrer da trama Manuela, além de encontrar amigas, vivencia dificuldades que põem à prova sua dura vida sem o filho. Mas, projeta-se, de certa forma, como cuidadora de Huma e Nina retornando, mais uma vez, à maternidade.

Assim como Manuela, outra personagem nessa trama que assume um papel de maternagem, quanto à personagem Huma, é Agrado, que apresenta Manuela à Hermana Rosa (Penélope Cruz), filha de Rose (Rosa María Sardá). Rose é uma personagem moralista, rígida, que não aprova o modo e escolhas de Rosa perante a vida e, por isso, não demonstra muito o afeto por sua filha, o que revela uma relação marcada pela indiferença da mãe pela filha, gerando superficialidade e conseqüente ausência.

Verifica-se tal realidade em um diálogo de Rosa com sua mãe Rose; nesse encontro Rose:

[...] se mostra surpresa por receber uma visita inesperada da filha, revela-se um distanciamento na relação entre estas. A seguir, a mãe critica a forma de agir da filha em relação a sua vida pessoal e sua relação com a família, momento em que a mãe propõe um tratamento psiquiátrico à filha e esta concorda e ressalta a necessidade de ambas participarem para rever a relação de maternidade (MENEZES, 2007, p. 8).

Sugere-se que Rose acredita e defende um ideal de pessoa e de família pré-estabelecido socialmente e isso a faz encerrar-se para diferentes possibilidades de existência, para a alteridade humana; diferentemente da maneira com que Rosa encara “o outro”.

Pode-se perceber, ainda, que Rose é uma progenitora que carrega em si alguma rejeição à filha desde o nascimento desta, fato que pode ser ratificado por um diálogo entre Rose e Manuela, diálogo em que a personagem Rose afirma que sua filha sempre foi, desde pequena, muito diferente da família, que parecia uma “extraterrestre” desde que nasceu.

Ainda neste contexto, quando Rose pergunta para a filha: “o que espera que eu faça?” ela lhe responde: “nada”, mesmo de forma implícita, ela deixa transparecer a imagem que construiu de Rose; provavelmente a de uma genitora da qual não podia esperar nada, a imagem de uma mãe morta, sem vida (MENEZES et al., 2007).

No filme fica evidente um paradoxo entre duas figuras maternas caracterizadas por Almodóvar: Manuela, a super-mãe, zelosa e afetuosa, disposta a sacrificar-se pelo filho e Rose, mãe de Rosa, uma mulher rígida, moralista e pouco afetiva. Esta perspectiva da diversidade materna permite uma análise da maternidade dirigida ora a um extremo, ora a outro, ambos, contudo, constituintes do contínuo dos significados maternos atribuídos em nossa sociedade (SANTIAGO, 2016).

Portanto, Rose pode representar mais uma desconstrução da “mãe ideal”, cujo amor pela cria é genético, inabalável, irrefutável e onipresente na vida feminina após a maternidade e, até mesmo, antes dela, já como pressuposto inalienável da mulher. Rose rompe com este paradigma e pode ser tida, pelo consenso social imperante, como uma mãe que “deixa a desejar” quanto às atribuições impetradas à mulher-mãe, apesar de retratar uma realidade possível e corriqueira.

Almodóvar, em *Tudo sobre minha mãe*, retrata esta realidade que pode, dentre outros aspectos, desvencilhar o “ser mãe” do policiamento da representação popular sem, contudo, apregoá-la como meio e direção. Já que não tenciona, nessa obra filmica, edificar uma impressão politicamente correta de mulher-mãe contra outras versões.

Rosa, freira de família burguesa, está grávida de Lola, pai de Esteban, de quem contraiu HIV. A gravidez da freira é de risco e, após alguma incerteza, Manuela a acolhe em sua casa para que possa ajudá-la demonstrando, mais uma vez, outra faceta da maternidade.

Rosa morre ao parir e Manuela adota a criança nascida, retorna para Madri, mas não sem antes apresentar para Lola seu filho com Rosa. Manuela, na cena em que está voltando à Barcelona, com o garoto, para comparecer a um congresso sobre AIDS que discutiria a não contaminação do garoto pelo HIV, mesmo gerado por um casal soropositivo, demonstra o retorno da felicidade por estar sendo, novamente, mãe.

Todas as personagens de *Tudo sobre minha mãe* têm em comum a solidão, a verdade de estarem sozinhas e serem donas de sua solidão; outro ponto em comum é o fato de que cada uma das personagens tem um segredo. Além disto, as personagens têm como características marcantes a empatia, o respeito pelo diferente, o amor, dentre outros adjetivos, que retratam mulheres que buscam a liberdade para escreverem seus próprios papéis sociais.

Por isso, sugere-se que as personagens do filme de Pedro Almodóvar sejam circulares, ou seja, não carregam em si apenas uma vertente ou olhar do feminino e da maternidade, porque são adaptáveis ao novo. Por isso, *Tudo sobre minha mãe* consegue tratar de temas complexos de maneira envolvente, com partes que redescrevem o universo feminino com extrema delicadeza, permitindo ao espectador a possibilidade de reflexão sobre a existência contida em questões como identidade sexual, maternidade, religião etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desconstrução da maternidade é tema recorrente no Movimento Feminista e em vasta gama de pesquisas, estudos, escritos filosóficos, sociológicos etc. Dentre autores consagrados, que tratam deste tema, Simone de Beauvoir já havia levantado a polêmica sobre a maternidade não ser intrínseca às mulheres, a escritora afirma que a maternidade deve ser abordada levando em consideração a vontade ou a escolha da mulher e não como um “destino fisiológico”, uma “vocação natural” (BEAUVOIR, 2009, p. 645).

Assim, ao se analisar o filme de Almodóvar, *Tudo sobre minha mãe*, com foco na desconstrução e construção da maternidade, bem como dos papéis tidos como inerentes ao feminino e ao masculino, nota-se a constante presença de um discurso contrário ao androcentrismo e que, portanto, vai ao encontro dos postulados feministas, tais como os de Beauvoir.

O enredo do filme *Tudo Sobre Minha Mãe* apresenta-se com total descrição de mulheres fortes, dominantes, decididas, que se mantêm e se processam sem a necessidade do homem, desconstruindo, assim, a imposição da subordinação da mulher. No filme, Almodóvar apresenta o engajamento entre feminismo e desconstrução como estratégia libertadora, pois é explícito que mulheres representadas não estão, seja por que motivos forem, delimitadas pelo senso comum chauvinista que exacerba o masculino em detrimento ao feminino, quanto ao respeito e direitos.

Contudo o filme não fixa um padrão moral ou ideal, nem propõe uma perspectiva moral compartilhada para as mulheres, ao contrário disto, as personagens transitam sem espantos e com empatia, explicitando um olhar comum pela alteridade.

A obra de Almodóvar retrata arrolamentos do poder do masculino sobre o feminino, que são cotidianamente expressas por meio das relações de gênero nas convivências sociais, já que não há lugar para estranhezas, por parte das personagens, seja pela classe social, orientação sexual, forma de encarar a maternidade etc. O respeito à alteridade se insere nas estruturas do enredo e menosprezam o poder do androcentrismo nas práticas vivenciadas cotidianamente pelas personagens.

Além da negação, da afronta ao poder masculino dominante, no filme está contido, também, as diferenças de gênero e diferenças dentro dos grupos de gênero. Como exemplo pode-se citar Esteban, personagem que apesar de pertencer ao grupo sexual dominante, liga-se à sua mãe de tal forma que, implicitamente na obra, aparenta ver-se e ver o mundo por meio dos “olhos” dela, o que sugere a supremacia do feminino sobre o masculino e ou a abordagem

de que a masculinidade não sofre nenhum risco em sua índole quando convive respeitosa e igualmente com o feminino.

Todos estes aspectos estão enredados ao assunto aqui discutido: a construção e a desconstrução da maternidade. Almodóvar representa, nessa sua obra, as mães com aspectos traçados pelo ideário dominante da mãe perfeita, cujo desejo pela maternidade é tido como inerente por ser natural na mulher, bem como mães que são díspares das “perfeitas”. Desta forma, *Tudo Sobre Minha Mãe* dá espaço para que se possa reconhecer facetas da desconstrução, da construção e da reconstrução da maternidade.

As personagens Rose, Rosa, Huma, Amparo retratam aspectos da maternidade direta e indireta, mas é mais explícito e, portanto, mais fácil de acompanhar a maternidade em Manuela que, do início ao fim do filme possibilita que se acompanhe a construção e desconstrução da maternidade. Apesar da sua maternidade “natural”, direcionada ao filho Esteban, após a interrupção deste laço materno causada pela morte precoce de seu filho, Manuela, talvez na tentativa de elaborar o luto, usa da repetição da maternagem com Rosa, Huma e Nina e com o filho de Rosa, em grau e de maneiras distintas com cada uma delas.

Deste modo, o filme transcorre proporcionando uma análise sobre a desconstrução da maternidade e do papel feminino cultuado por séculos pela humanidade sem, contudo, sugerir que a desestruturação dos papéis femininos, mais uma vez, aja como meio de restrição, de delimitação de ações e desempenho da mulher. Assim:

A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política de identidade, se vem articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume, fixa e restringe os próprios sujeitos que espera representar e libertar (BUTLER, 2003, p. 213).

Deste modo, o rompimento dos padrões impostos ao feminino, aludida nos capítulos I e III desta dissertação, não deve refazer a visão unilateral, criada e perpetuada por meio do falocentrismo institucionalizado socialmente há séculos, na qual a maternidade é natural e, por isso, irrefutável para a mulher, tolhendo dessa, toda e qualquer opção voluntária contrária à maternidade e, ainda, que conceitua a mulher como falha, caso ela não possa ser mãe por impossibilidades biológicas.

Por isso, pode-se sugerir que a recusa em ser mãe seja causadora de uma “pena social”, ou seja, por ser a maternidade naturalizada como desejada, inquestionável e, portanto, própria do gênero feminino a sua aceitação pelas mulheres reveste-se de uma “instituição social

compulsória” (BUTLER, 2003). Como exemplo de que ser uma progenitora é obrigação da mulher cita-se, aqui, uma proposta parlamentar brasileira que, em novembro de 2017, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou, com dezenove votos, a proibição de aborto no Brasil sem exceções, até mesmo quando há risco à vida da mulher, crime de estupro e ou se o feto sofrer de anencefalia<sup>17</sup>. A medida ainda não está em vigor, mas tramita para a votação no plenário da Câmara dos Deputados e, depois, no Senado.

Mais uma vez os direitos das mulheres correm o risco de ser cerceados, e essa decisão está nas mãos de homens, em sua maioria ligados às religiões, que compõem as casas legislativas brasileiras. Essa Proposta de Emenda Constitucional - PEC pode ser compreendida como um retrocesso nas conquistas dos movimentos feministas e, também, uma tentativa de reestabelecer a hegemonia do pensamento de naturalidade da maternidade, arranhando as desconstruções e reconstruções que foram alavancadas por meio de duras lutas.

Apesar dos vários rompimentos de paradigmas impostos à mulher, conquistados ao longo dos anos e embasados no conceito de que gênero é culturalmente construído e distinto de sexo, princípios que alicerçaram inicialmente “[...] as teorias feministas para defender perspectivas desnaturalizadoras sob as quais se dava, no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje servem para justificar preconceitos” (RODRIGUES, 2005, p. 179) e também desigualdades entre feminino e masculino.

Contudo, apesar das constantes ameaças às conquistas das mulheres, o filme de Pedro Almodóvar, *Tudo Sobre Minha Mãe*, apontou para a aceitação da população aos direitos femininos, aqui particularmente com relação à maternidade. Pois, esse filme conseguiu aceitação e aclamação por parte do público e da crítica especializada. Fato que sugere importantes mudanças na moralidade quanto à maternidade e sexualidades.

Essas mudanças sofreram influência direta nos avanços dos estudos de gênero, que foram e são fundamentais para consolidar o conceito de que as diferenças biológicas inerentes a cada um dos sexos não são responsáveis pelas desigualdades entre homens e mulheres. Pois, essas diferenças foram e continuam a ser instituídas e legitimadas pela sociedade patriarcal vigente mundialmente; o conceito de que as diferenças sociais não se originam da biologia, mas sim da cultura, é uma contribuição do movimento feminista.

Pode-se sugerir, portanto, que a problematização da definição de mulher e a sujeição

---

<sup>17</sup> Anencefalia: patologia congênita que se caracteriza pela má formação do cérebro do feto, geralmente durante os 23º e 26º dias da gestação. Essa anomalia impede que o sistema nervoso central seja desenvolvido corretamente, fazendo com que o cérebro e a calota craniana sofram de malformação; o cérebro e o cerebelo são reduzidos ou inexistentes e o tecido cerebral é frequentemente exposto, não coberto por osso ou pele. (Fonte: <<https://www.infoescola.com/doencas/anencefalia/>>).

dela ao homem no decorrer da história e, em especial, a constatação de que ainda há inúmeras pessoas que acreditam, ainda hodiernamente, que ser mulher é algo similar a um erro, a um ser incompleto, inferior, que tem como característica natural ser subserviente e mãe etc., abre espaço para que novos e constantes estudos sejam realizados, pesquisas que abordem a realidade da mulher na atualidade, em toda e qualquer vertente.

Cabe espaço, também, no leque de possíveis estudos sobre a mulher e a maternidade, temas tais como: a violência na maternidade; violência causadora do estado de maternidade; a multiplicidade da maternidade; violência contra a mulher etc., aspectos estes que não foram tratados nesta dissertação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Danielle Sampaio; CUNHA, Niágara Vieira Soares. A condição da mulher na sociedade de classes: o machismo a serviço do capital. In: **II Semana de Economia Política**, 2013. Disponível em: <<https://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/01/danielle-sampaio-albuquerque-a-condic3a7c3a3o-da-mulher-na-sociedade-de-classes-gt2.pdf>>. Consultado em 15 de maio de 2017.

ALMEIDA, Maria Emília Souza. **Pelo avesso da cultura**: representações psíquicas do feminino. Taubaté: Cabral, 1997.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. In: **Psicologia Clínica**, v. 17, n. 2, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Consultado em 27 de fevereiro de 2018.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BESSA, Karla Adriana Martins (Org.). Dossiê Masculinidades. In: **Cadernos Pagu**, v. 11, 1998. Disponível em: <<https://www.pagu.unicamp.br/es/trajetorias-genero-masculinidades-1998-11>>. Consultado em 15 de junho de 2017.

BRASIL. Casa Civil. **LEI Nº 11.340**, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Brasília, DF, ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Consultado em 15 de janeiro de 2018.

BRASIL. Cidadania e Justiça. **Conheça as principais lutas e conquistas das mulheres**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres>>. Consultado em 20 de setembro de 2017.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, 35 ed., Brasília: Edições Câmara, 2012. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/constituicao\\_federal\\_35ed.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf)>. Consultado em 15 de abril de 2017.

BRASIL. **Norma Operacional Básica** – NOB/SUAS/2005. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução n. 27, de 24 de fevereiro de 2005.

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil (Clara Allain, trad.) In: **Blog da Revista Espaço Acadêmico**, Universidade Estadual de Maringá, 20-11-2017. Disponível em: <<https://espacoacademico.wordpress.com/2017/11/20/judith-butler-escreve-sobre-sua-teoria-de-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil/>>. Consultado em 20 de novembro de 2017.

CARDOSO, Frederico Assis; AMORIM, Marina Alves. História da Maternidade: em que ponto estamos?. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, mai. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/3336/3691>>.

Consultado em: 30 de janeiro de 2018.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. In: **Serviço Social em revista**, v. 3, n. 2, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v3n2.htm>>. Consultado em 20 de fevereiro de 2018.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e. Políticas sociais e famílias. In: **Libertas**, v. 8, n. 2, jul-dez, Juiz de Fora, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/1792-5587-1-PB.pdf>>. Consultado em 13 de fevereiro de 2018.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. **A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público**. In: Revista Psicologia Política, v. 9, n. 17, São Paulo, 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2009000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100006)>. Consultado em 30 de junho de 2017.

COELHO, Luana Ariga Regis. Mulheres que não desejam ser mães: a desnaturalização da maternidade ou naturalização da não-maternidade?. In: **Anais do Conic-Semesp.**, Faculdade Anhanguera de Campinas, v. 1, 2013.

COSTA, Renata Gomes da; SILVERA, Clara Maria Holanda; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina**. 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/344259751/Relacoes-de-Genero-e-Poder-Tecendo-Caminhos-Para-A>>. Consultado em 10 de outubro de 2017.

CULLER, Jonathan. **Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DE TILIO, Rafael. Marcos legais internacionais e nacionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres: um percurso histórico. In: **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 2, n. 1, UFTM, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97851/96651>>. Consultado em 20 de junho de 2017.

DRAIBE, Sônia M., Estado de Bem-estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

GONÇALVES, Adilson José. Masculinidades, gênero e poder na produção cinematográfica de Tomaz Gutierrez Alea. In: **Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, UFSC, agosto de 2008. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/st72.html>>. Consultado em 17 de novembro de 2017.

GUEDES, Eunice Figueiredo. Gênero, o que é isso? In: **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 15, n. 1-3, Brasília, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LANGARO, Fabíola; SOUZA, Mériti de. (Des)construções do masculino e (Des)construções do feminino na relação de do feminino na relação de mulheres-mães com filhos e filhas. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 20, set./dez., 2012.



LISBOA, Tereza Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. In: **Revista Katál**, v. 13, n. 1, jan./jun., 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATOS, Marlise. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. In: **38º Encontro Anual da ANPOCS**, MR20 Teoria Feminista e a Teoria Política: encontros, convergências e desafios, 2014. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico/file>>. Consultado em 25 de setembro de 2017.

MATOS, Marlise. O movimento e a teoria feminista em sua nova onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jul. 2010. Disponível em: <[http://www.fafich.ufmg.br/nepem/wp-content/uploads/2016/06/MATOS\\_marlise\\_matos\\_O-MOVIMENTO-E-A-TEORIA-FEMINISTA-EM-SUA-NOVA-ONDA.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/nepem/wp-content/uploads/2016/06/MATOS_marlise_matos_O-MOVIMENTO-E-A-TEORIA-FEMINISTA-EM-SUA-NOVA-ONDA.pdf)>. Consultado em 28 de setembro de 2017.

, Victor Andrade de; SCHETINO, André. A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX. In: **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, jan./abr., 2009, Florianópolis. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100007>>. Consultado em 12 de agosto de 2017.

MENEZES, Brisa Feitosa et al. A maternidade no filme “Tudo sobre minha mãe” de Pedro Almodóvar. In: **Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO**, 2007.

MESQUITA, Andréa Pacheco de. A família como centralidade nas políticas públicas: a constituição da agenda política da assistência social no Brasil e as rotas de reprodução das desigualdades de gênero. In: **Anais do 1º Circuito de Debates Acadêmicos**, IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo29.pdf>>. Consultado em 13 de fevereiro de 2018.

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. In: **Revista Gênero**, v. 6, n. 1, UFF, 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/index>>. Consultado em 28 de janeiro de 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flávia. Teoria política feminista, hoje. In: **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

MIRANDA, Maria Bernadete. Homens e Mulheres: a isonomia conquistada. In: **Revista Eletrônica Direito, Justiça e Cidadania**, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/revista/revistav42/artigos/Cnpq20102.pdf>>. Consultado em 21 de junho de 2017.

MOSCOVICI, Fela. **Equipes dão certo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na

história e a história dos cuidados maternos. In: **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 24, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n1/v24n1a06.pdf>>. Consultado em 30 de janeiro de 2018.

OLIVEIRA, Bernardo. **Cópia fotoestática da vida: *Todo sobre mi madre***. 20[--]. Disponível em: <<http://www.contracampo.com.br/01-10/tudosobreminhamae.html>>. Consultado em 27 de janeiro de 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RÁO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**. 5 ed. São Paulo: Imprensa, 1999.

REIS, Ana Regina Gomes dos. **Do Segundo Sexo à Segunda Onda: discursos feministas sobre a maternidade**. 2008. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6436/1/disserta%C3%A7%C3%A3o%20ana%20regina.pdf>>. Consultado em: 14 de janeiro de 2018.

RODRIGUES, Carla. A quarta onda do feminismo. In: **Revista Cult**, jun., 2016. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-do-feminismo/>>. Consultado em 25 de setembro de 2017.

RODRIGUES, Gilda de Castro. **O dilema da maternidade**. São Paulo: Annablume, 2008.

SANTIAGO, Luiz. *Crítica/ Tudo sobre minha mãe*. In: **Plano Crítico**, 2016. Disponível em: <<http://www.planocritico.com/critica-tudo-sobre-minha-mae/>>. Consultado em 28 de janeiro de 2018.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. In: **Cadernos Pagu**, n. 16, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>>. Consultado em: 15 de janeiro de 2018.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 16, jan. /abr., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a18v16n1.pdf>>. Consultado em 10 de agosto de 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

STEVENS, Cristina. Resignificando a maternidade: psicanálise e literatura. In: **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, UFF, 2005. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/index>>. Consultado em 28 de janeiro de 2018.

STREY, Marlene N.; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer de; JAEGER, Fernanda Pires (orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

**TODO sobre mi madre**. Direção: Pedro Almodóvar. Produção: Agustín Almodóvar e Ester García. Intérpretes: Cecilia Roth, Marisa Paredes, Penélope Cruz, Rosa Maria Sardá, Eloy Azorin e outros. Roteiro: Pedro Almodóvar. Música: Alberto Iglesias. Espanha: 20<sup>th</sup> Century Fox, 1999. 1 DVD (101min.).

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. In: **Cadernos Pagu**, n. 24, jan./jun., 2005.

UNIC. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. n. 06, jul. Rio de Janeiro, 2001.

URRUTIA, Verônica. Gênero, identidade e espaço público. In: **Revista Gênero**, v. 1, n. 2, UFF, 2001. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/364/273>>. Consultado em 01 de março de 2018.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.